

HISTÓRIA e MEMÓRIA

pelos Caminhos do Tempo

Org. Jader Silveira



HISTÓRIA e MEMÓRIA pelos Caminhos do Tempo

Org. Jader Silveira

© 2024 – Editora Ópera

www.editoraopera.com.br

editoraopera@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Ópera

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

	Silveira, Jader Luís da
S587h	História e Memória: pelos Caminhos do Tempo - Volume 1 / Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora Ópera, 2024. 85 p. : il.
	Formato: PDF
	Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
	Modo de acesso: World Wide Web
	Inclui bibliografia
	ISBN 978-65-85284-22-6
	DOI: 10.5281/zenodo.12525182
	1. História. 2. História Geral. 3. Memória e Tempo. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.
	CDD: 907
	CDU: 93

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Ópera
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoraopera.com.br
editoraopera@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoraopera.com.br/2024/06/historia-e-memoria-pelos-caminhos-do.html>



AUTORES

**FLAVIANO OLIVEIRA DOS SANTOS
GIOVANE RODRIGUES JARDIM
INDIRA NAIARA SILVA DOS SANTOS
JÉSSICA DE LIMA SILVA
MILCA FONTENELE DE SOUSA**

APRESENTAÇÃO

A relação entre história e memória é uma temática de extrema relevância e complexidade, que tem sido objeto de estudo e debate por diversos intelectuais ao longo dos séculos. A história, como disciplina, busca compreender e narrar os eventos passados, apoiando-se em métodos científicos e rigorosos. A memória, por sua vez, é mais subjetiva e pessoal, constituindo-se a partir das vivências e percepções individuais e coletivas. Ambas se entrelaçam de maneira indissociável, influenciando-se mutuamente e contribuindo para a construção da identidade e da consciência histórica de sociedades e indivíduos.

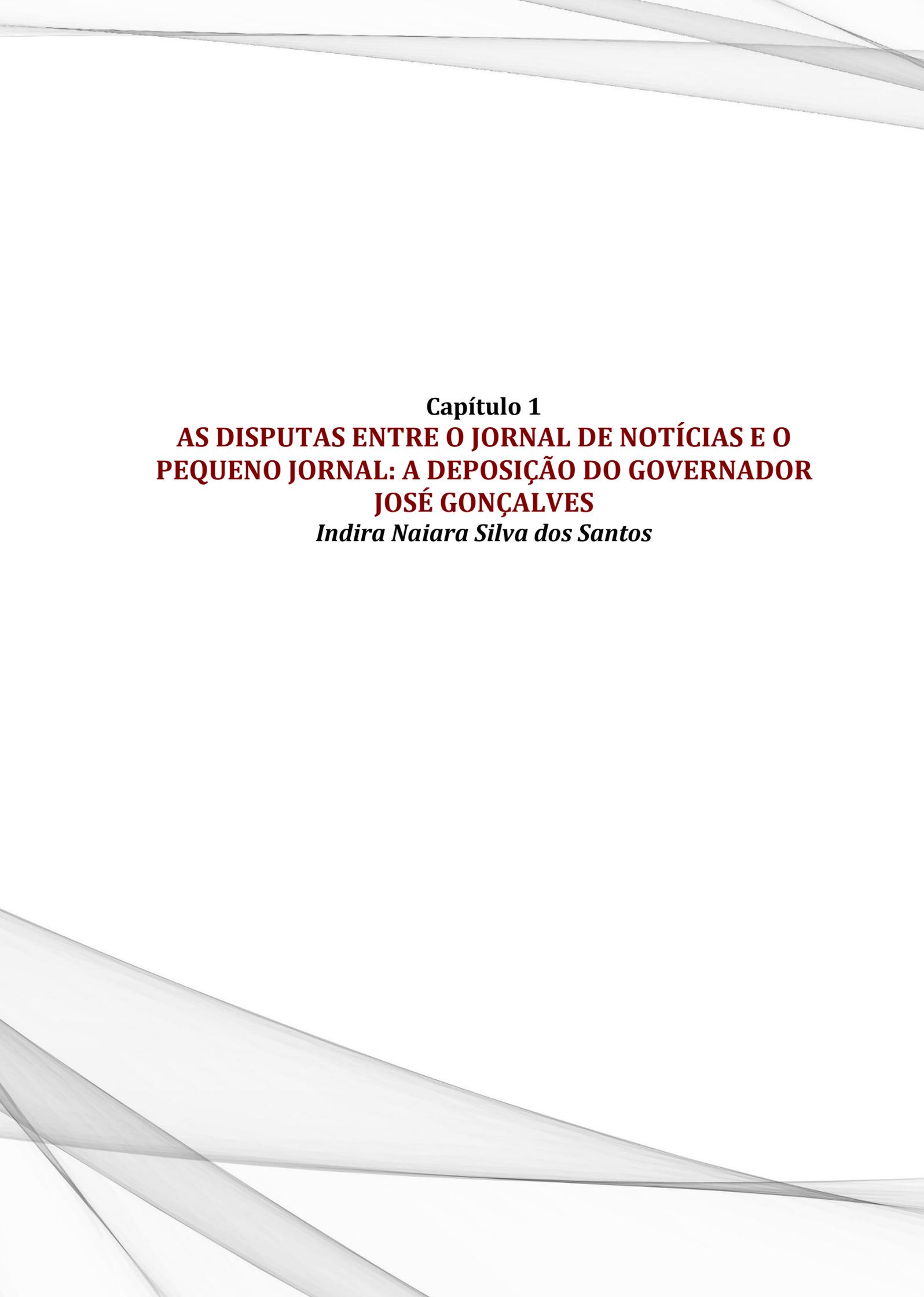
"História e Memória: pelos Caminhos do Tempo" traz ao leitor uma análise das formas como a memória molda a compreensão histórica e, reciprocamente, como a história influencia e reorganiza as memórias. Através de trabalhos bem fundamentados, os autores nos conduzem por diferentes épocas e contextos, revelando como a memória é preservada, transformada ou esquecida, e como esses processos impactam a formação histórica.

O leitor encontrará uma oportunidade de ampliar seus horizontes e de engajar-se com questões fundamentais sobre o tempo, a lembrança e a narrativa histórica. É um convite para repensar os alicerces de nosso entendimento do passado e para reconhecer a importância das memórias na construção do presente e na projeção do futuro.

Esperamos que esta leitura seja, portanto, um encontro fecundo com o saber e uma fonte inesgotável de inspiração para todos aqueles que se interessam pelos intrincados caminhos da história e da memória.

SUMÁRIO

Capítulo 1 AS DISPUTAS ENTRE O JORNAL DE NOTÍCIAS E O PEQUENO JORNAL: A DEPOSIÇÃO DO GOVERNADOR JOSÉ GONÇALVES <i>Indira Naiara Silva dos Santos</i>	8
<hr/> Capítulo 2 A ELABORAÇÃO DO PASSADO CONTRA OS RESQUÍCIOS AUTORITÁRIOS DAS DITADURAS CIVIS-MILITARES: SOBRE OS MUSEUS DE MEMÓRIA NO CONE SUL <i>Giovane Rodrigues Jardim</i>	31
<hr/> Capítulo 3 O CENTRO HISTÓRICO COMO ESPAÇO EDUCATIVO: DIFERENTES PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PIRACURUCA - PIAUÍ E VIÇOSA DO CEARÁ - CEARÁ <i>Flaviano Oliveira dos Santos; Milca Fontenele de Sousa</i>	50
<hr/> Capítulo 4 FEMINISMO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO HISTORIOGRÁFICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DA HISTÓRIA DAS MULHERES <i>Jéssica de Lima Silva</i>	65
<hr/> AUTORES	83



Capítulo 1
AS DISPUTAS ENTRE O JORNAL DE NOTÍCIAS E O
PEQUENO JORNAL: A DEPOSIÇÃO DO GOVERNADOR
JOSÉ GONÇALVES
Indira Naiara Silva dos Santos

AS DISPUTAS ENTRE O JORNAL DE NOTÍCIAS E O PEQUENO JORNAL: A DEPOSIÇÃO DO GOVERNADOR JOSÉ GONÇALVES

Indira Naiara Silva dos Santos

Mestranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia na linha de Pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região. Bacharela em Comunicação Social – Jornalismo pelo Centro Universitário Estácio de Sá da Bahia (2010) e Licenciada em História pela Universidade Federal da Bahia (2021). E-mail: indiranaiara1982@gmail.com

RESUMO

Utilizando como objeto de estudo a deposição do governador José Gonçalves da Silva, ocorrida em 24 de novembro de 1891, o seguinte trabalho tem como objetivo abordar a relação entre imprensa e política. A proposta é, a partir da análise de matérias publicadas em jornais da época e de bibliografias referentes ao tema, discutir o papel da imprensa, em especial dos periódicos *Jornal de Notícias* e *Pequeno Jornal*, no desfecho do fato político acima citado. A pesquisa aborda as disputas ocorridas nos campos político e midiático em torno da destituição do mandato de Gonçalves, tema que, durante o mês após o ato sedicioso que retirou o governador do seu cargo, foi a principal pauta dos jornais baianos. A análise dos documentos permitiu perceber o elevado grau de relevância que os temas relacionados à política possuíam para as publicações da época, que elas funcionavam como porta-vozes dos grupos políticos antagônicos, como também foi possível avaliar como os posicionamentos adotados pelos periódicos influenciavam nas relações estabelecidas entre os mesmos. Além das relações estabelecidas entre os jornais, podemos perceber algumas das características das relações políticas da época estudada e os arranjos estabelecidos em busca da manutenção do poder que demonstram a fragilidade das leis.

Palavras-chave: José Gonçalves, Cezar Zama, Bahia, Imprensa, Política.

RESUMEN

Tomando como objeto de estudio la exoneración del gobernador José Gonçalves da Silva, que ocurrió el 24 de noviembre de 1891, el presente trabajo tiene como objetivo abordar la relación entre prensa y política. La propuesta es, a partir del análisis de las noticias publicadas en los periódicos y de bibliografías referentes al tema, discutir el papel de la prensa, en especial de los periódicos *Jornal de Notícias* y *Pequeno Jornal*,

en el desenlace del suceso político referido anteriormente. La investigación trata de las disputas que ocurrieron en el campo político y mediático acerca de la destitución del mandato de Gonçalves, tema que, durante el mes siguiente al acto sedicioso que le sacó al gobernador de su cargo, fue el principal asunto de los periódicos bahianos. El análisis de los documentos permitió identificar el elevado grado de relevancia que los temas relacionados con la política poseían para las publicaciones del periodo, que ellas funcionaban como voceros de los grupos políticos antagonistas, así como fue posible evaluar cómo los posicionamientos adoptados por los periódicos influenciaban en las relaciones establecidas entre ellos. Además de las relaciones establecidas entre los periódicos, podemos percibir algunas de las características del periodo estudiado y los arreglos establecidos buscando mantener el poder demostrando la fragilidad de las leyes.

Palabras clave: José Gonçalves, Cezar Zama, Bahia, Prensa, Política.

INTRODUÇÃO

A deposição de José Gonçalves é um tema que chama a atenção não somente pelo ineditismo, pois Gonçalves foi o único governador baiano a ser destituído do mandato, como também pelas disputas políticas que se deram ao longo do período entre a deposição do seu mandato em novembro 1891 até a eleição de Leal Ferreira, em dezembro deste mesmo ano. Essas disputas se davam no próprio campo político, já que entre novembro e dezembro de 1891 três governadores ocuparam o cargo de governador da Bahia. Sendo que nenhum deles era o primeiro na linha sucessória ao cargo, tendo em vista que Luiz Vianna, presidente do Senado na época e sucessor direto do governador não aceitou ocupar o cargo e, Sátiro Dias, presidente da Câmara dos Deputados e segundo sucessor, foi impedido de tomar posse.

Além das disputas no campo político, foi travada importante batalha no campo midiático, onde os jornais buscavam convencer a opinião pública sobre a legalidade do mandato de Gonçalves ou sobre a justiça da sua queda. Os embates travados na imprensa baiana são o foco deste trabalho e o mesmo foi construído a partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema e documental utilizando como fontes os jornais publicados à época do referido caso e o livro *História da Sedição na Bahia*, organizado por João Gonçalves Tourinho e publicado em 1893.

A PRIMEIRA REPÚBLICA NA BAHIA

A Bahia foi a última província a aderir ao regime republicano, oficializado dois dias após a proclamação no Rio de Janeiro. Esse desinteresse pela mudança de sistema político pode ser justificado pelo fato de que a Bahia estava em um cenário econômico desfavorável e, além disso, sua elite política possuía boas relações e certa influência junto ao poder monárquico. Deste modo, como ressalta o historiador Dilton Araújo (1992), a monarquia representava para este grupo uma possibilidade de salvação.

Essa elite permaneceu ligada à Monarquia. Não possuía, apesar da crise, razões profundas para confrontar-se com o velho sistema de governo. Sua influência e prestígio seculares permitiam que ainda conseguissem atingir certos objetivos econômicos financeiros junto aos gabinetes da Monarquia, muitos deles dirigidos por políticos da Bahia (ARAÚJO, 1992, p.140-141).

De acordo com Consuelo Novais Sampaio (1973), a elite política local se manteve alheia ao movimento republicano. Apenas um pequeno grupo de jovens, liderados por Virgílio Damásio, Deocleciano Ramos, Cosme Moreira e Virgílio de Lemos, se entusiasmou com o novo modelo de governo. A referida historiadora afirma que foi a contragosto que os políticos do Império abandonaram a Monarquia e aderiram à República, apenas quando esta já se tornara um fato consumado. Então, se amoldaram ao novo regime e fizeram com que ele também se ajustasse aos seus padrões de comportamento.

A demora em adotar o regime republicano se sustentou no fato de que os políticos locais tinham a expectativa de que eclodissem manifestações nas outras províncias que conseguissem devolver à Família Real o poder e restabelecer o modelo imperial de governo. Como esse fato não ocorreu, a única opção que restou para os membros desse grupo foi aceitar a República e empossar o governador indicado.

A CHEGADA DE JOSÉ GONÇALVES AO GOVERNO DO ESTADO

Figura relevante no cenário político desde o Império, José Gonçalves da Silva era bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Durante o regime monárquico foi chefe do Partido Conservador e ocupou por diversas vezes o cargo de deputado provincial e deputado geral do Império. Abandonou a política nos anos finais do regime imperial, sendo um dos primeiros políticos baianos a apoiar a República.

A instabilidade política vivida pela Bahia nos anos iniciais da República permitiu que Gonçalves chegasse ao governo do Estado. Entre 1889 e 1890 a Bahia teve quatro governantes à frente do Poder Executivo. Sendo o quarto governador nomeado por Deodoro da Fonseca, substituiu Virgílio Clímaco Damásio, por decreto de 15 de outubro de 1890. Em dois de julho de 1891 foi promulgada a Constituição do estado e, após votação da Assembleia Constituinte estadual, tornou-se o primeiro governador eleito da Bahia.

Gonçalves deveria ocupar o cargo durante o quadriênio de 1891 a 1895 e, apesar de ter sido eleito com uma ampla maioria de votos, recebendo 50 votos em uma assembleia que contou com a presença de 61 congressistas, seu governo teve que lidar com uma forte oposição. Como presidiu a eleição da Constituinte, seus opositores o acusavam de ter interferido diretamente no resultado do pleito.

Dentre os principais opositores ao governo de José Gonçalves estava o deputado Aristides Augusto Cezar Espínola Zama que assim como Gonçalves, construiu a sua carreira política ainda durante o Império, sendo eleito deputado provincial pela primeira vez em 1860. Seguiu como médico voluntário do Corpo de Saúde e serviu nos hospitais de sangue durante a Guerra do Paraguai. Ao retornar, foi eleito novamente deputado provincial para sucessivas legislaturas a partir de 1868. Em 1878 elegeu-se deputado geral pela Bahia e foi consecutivamente reeleito ocupando uma cadeira na Assembleia Geral até encerrar a última legislatura do Império. Zama continuou exercendo cargos políticos durante a República. Ele foi eleito deputado nas eleições de 15 de setembro de 1890, tomando posse em novembro deste mesmo ano.

Logo que iniciou a República, Zama fundou o *Pequeno Jornal*. O vespertino de caráter político, tinha como objetivo criticar as ações dos seus opositores dentre eles estavam Manuel Vitorino que foi nomeado governador pelo presidente Deodoro da Fonseca e permaneceu no cargo entre 23 de novembro de 1889 a 26 de abril de 1890. O jornal de Zama não se restringiu à crítica ao governador Manuel Vitorino, como também atacava o próprio presidente e os seus aliados. Assim, Gonçalves, que era apoiador de Deodoro, também se tornou alvo do *Pequeno Jornal*.

UMA RENÚNCIA, A CRISE E A SEDIÇÃO

A maior crise para o governo gonçalvista começou quando, em 03 de novembro de 1891, Deodoro da Fonseca decidiu fechar o Congresso Nacional. O governador baiano,

aliado do presidente, apoiou essa decisão. A ação do presidente não deu certo e, no dia 24 de novembro, Deodoro renunciou à presidência e, juntamente com o mandatário nacional, diversos governadores que o apoiaram foram obrigados a deixar o cargo.

Gonçalves se negou a renunciar o Governo do estado alegando que a legalidade do seu mandato estava no fato de ter sido eleito por uma Assembleia Constituinte. A recusa de Gonçalves em abandonar o cargo não foi aceita pelos seus opositores. Cezar Zama passou a usar as páginas do seu próprio jornal e de alguns outros periódicos com o objetivo de inflamar a população e forçar a renúncia do governador, como mostra a nota publicada no jornal *Estado da Bahia*.

“Ao povo bahiano

Hoje às 9 horas da manhã, me acharei no meio de vós na Praça do Palacio, onde vós deveis reunir em massa. – Cesar Zama, Deputado Federal”¹

Atendendo à convocação do deputado, a partir das dez horas desse dia, o povo se aglomerou no local combinado esperando uma decisão do governador. Foi nomeada uma comissão composta pelos deputados Cincinato Pinto da Silva, Joaquim Alves da Cruz Rios e Jayme Lopes Villasboas com o objetivo de convencer Gonçalves a abdicar do cargo. Após uma reunião com José Gonçalves os membros da comissão retornaram informando a recusa do governador em deixar o cargo. Diante da negativa do governador, Zama começou a inflamar a população, afirmando que restava ao povo intimar Gonçalves a deixar o cargo.

Neste mesmo dia, o vespertino *Diário de Notícias* publicou uma matéria descrevendo os acontecimentos.

- O commercio fechou as portas, logo depois das 10 horas.
- Na Praça do Palacio havia para mais de duas mil pessoas.
- O povo, chegando à praça da Piedade, poz cerco ao edificio do senado, onde foi intimado o sr. governador a deixar o governo. Constando que s. ex. mantinha o proposito de só ceder à força, o povo, para isolar as communicações, cortou os fios telephonicos.
- Por essa occasião travou-se renhida luta entre as pessoas do povo e a força de policia.
- Foram lançadas muitas pedras contra a estação, de dentro da qual responderam com tiros.
- Travou-se então um verdadeiro tiroteio, sahindo feridas muitas pessoas, das quaes morreram 4.

¹ Nota divulgada no jornal *Estado da Bahia* em 24 de novembro de 1891. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.01.

– Consta-nos que o sr. dr. José Gonçalves, appellando para o sr. general Tude, este respondera que s. ex. renunciasse pois se achava só nessa emergencia.

Até a hora em que escrevemos (3 horas) o povo se acha na Praça da Piedade, esperando o resultado de uma conferencia que se está realisando entre o sr. dr. governador e o sr. general Tude.”²

Diante da falta de apoio militar e percebendo-se incapaz de conter o avanço da população, Gonçalves finalmente renunciou ao mandato. Como não foi possível que os seus legítimos sucessores o substituíssem, o general Tude Soares Neiva assumiu o governo provisório.

Assim como foi o principal responsável por iniciar a sedição, logo que o seu objetivo foi atingido, o deputado Cezar Zama tratou de dispersar a população afirmando que, com a renúncia do governador, já era possível que todos voltassem em paz às suas casas. Zama ainda pediu aos seus seguidores que respeitassem as propriedades, em especial as tipografias, pois essas simbolizavam as válvulas das liberdades públicas.

JORNAL DE NOTÍCIAS VERSUS PEQUENO JORNAL

A troca de governadores no início da República foi uma constante na Bahia. Desde a sua proclamação em 1889 até a eleição de Rodrigues Lima em 1892, oito políticos estiveram à frente do Executivo estadual. A saída de Gonçalves, entretanto, foi a mais violenta, já que este foi o único governador deposto e, a sua destituição, se deu após o ato sedicioso. Não somente isso, a instabilidade gerada por essa sedição provocou um rompimento nas regras políticas, pois dos seus três sucessores, dois não eram ocupantes legítimos dentro das normas de sucessão em caso de vacância do cargo; e, o terceiro, para que chegasse ao posto, houve a necessidade de um acordo que gerasse consenso entre as partes adversárias.

O tema ganhou tanta relevância que passou a ser a principal pauta dos jornais do estado. Nos dias seguintes aos atos que levaram à deposição de José Gonçalves, os diversos periódicos que circulavam na Bahia manifestaram sua opinião sobre o tema.

A partir de uma análise das publicações do *Jornal de Notícias* e do *Pequeno Jornal* desde a assunção de José Gonçalves ao governo do Estado, em outubro de 1890, é possível perceber o posicionamento de cada periódico. Enquanto o *Jornal de Notícias* assumiu uma

² *Diário de Notícias* do dia 24 de novembro de 1891. **Graves acontecimentos – Deposição do governador.** In. Tourinho, João Gonçalves. *História da Sedição na Bahia* (1893) p. 2 e 3.

postura mais amistosa em relação a Gonçalves, o *Pequeno Jornal* já se mostrava um ferrenho opositor. Com isso, é plausível constatar que não foi o apoio do governador ao fechamento do Congresso que levou essa folha a se colocar a favor da sua deposição.

O *Pequeno Jornal* sempre entendeu Gonçalves como incompetente para governar o estado. Em 29 de outubro de 1890, publicou um editorial exaltando o vice-governador Virgílio Damásio e descredenciando Gonçalves.

E o illustre vice-governador com uma generosidade sem nome, e nunca d'antes vista, vae fazendo tudo, quanto é preciso fazer, de modo a não deixar-lhe trabalho nem responsabilidade alguma: «*amicus certus in re incerta cernitur*»³ Só temos applausos para os últimos actos do cons. Virgilio. (...) O seu sucessor é um sertanejo: vem de Villa-Nova, uma terra assolada pela fome e pela secca; teve noticia do estado a que está reduzido todo o interior. Talvez seja do numero de ingenuos que pensam que a lavoura está morta, e que o commercio agoniza sob o pêso dos impostos: talvez seja dos que dizem que na Bahia não ha artes, nem industrias, e que nos achamos na maior decadencia imaginavel. (...) O sertanejo ainda teria um certo acanhamento, que já não se pode supportar sob o novo regimen.⁴

Pelas posturas distintas adotadas em relação ao governo de José Gonçalves é que o *Jornal de Notícias* e o *Pequeno Jornal* se transformaram nos protagonistas midiáticos do caso da deposição do governador. Nos exemplares disponíveis dos dois jornais, fazendo uma comparação com as publicações feitas no mesmo período e que tinham Gonçalves como tema, é possível perceber o antagonismo entre eles. Cada um publicava o que lhe convinha, omitindo ou destacando aquilo que fosse mais compatível com o seu posicionamento.

Por se intitular como um jornal apartidário, o *Jornal de Notícias* não se posicionou de forma tão veemente em relação ao governo de Gonçalves. No que diz respeito à política do estado, o periódico se restringia a informar sobre algumas ações do governo e sobre a presença de Gonçalves em festas ou eventos em sua homenagem, evitando expor algum juízo de valor.

Já o foco do *Pequeno Jornal* era a atuação de Gonçalves no governo do estado. Podemos citar como exemplo as duas notas abaixo que foram publicadas na mesma semana. No dia 07 de março de 1891, o *Jornal de Notícias* publicou uma nota sobre o andamento do projeto para abertura da Faculdade Livre de Direito.

³ *O amigo certo se manifesta na ocasião incerta.*

⁴ BN. Hemeroteca Digital. O *Pequeno Jornal*, 29 de outubro de 1890. Editorial “**Viva o sr. vice-governador**”.

Faculdade livre de direito

O nosso estimavel contrerraneo sr. dr. José Machado de Oliveira, acaba de comunicar-nos, já ter em seu poder quantia que diversos cidadãos têm subscripto para levar-se a effeito a fundação na nova faculdade de direito neste estado.

Está pois decidida a sua installação por todo mez proximo, attento ao acolhimento que tem tido tão util e proveitosa idéa, por parte de particulares e do sr. dr. José Gonçalves da Silva, digno governador deste estado.

Brevemente publicaremos nomes dos sócios benemeritos dessa nova faculdade.⁵

Já na sessão de telegramas do *Pequeno Jornal*, publicada no dia 09 de março de 1891, foi divulgado o seguinte texto assinado pelo senhor Moniz Freire

Victoria – 1h 22m. da tarde

Deputado Zama – Reacção começada, demissão governador. Precisamos motivar corrente solidariedade entre opposicionistas Estados.

Moniz Freire⁶

Nesta mesma data, além do já citado telegrama, também foi publicada uma matéria intitulada “A fraude” que delatava irregularidades nas eleições do distrito de Macaúbas e a conivência do governador com o fato denunciado. Comparando as duas publicações é perceptível que, enquanto o *Jornal de Notícias* se mantinha alheio às questões da política local, o *Pequeno Jornal* deixava de lado feitos do governo que poderiam ser considerados positivos para focar em assuntos que negativavam a gestão do governador.

Como o *Jornal de Notícias* se posicionava como um jornal apartidário pode-se entender esse distanciamento das questões de governo e de certos temas tão denunciados pelo *Pequeno Jornal*. A política só ganhou destaque nas páginas deste periódico quando, em 03 de novembro de 1891, o então presidente Deodoro da Fonseca decidiu fechar o Congresso Nacional, instaurando uma ditadura.

Conforme o historiador Elio Chaves Flores (2016) a relação de Deodoro com o Congresso era conflitiva, tanto que em seus oito meses de governo em regime constitucional, o presidente depôs diversos ministros e apelou para medidas administrativas não condizentes com a República. As ações do marechal desagradavam não somente o Congresso como também os denominados “republicanos históricos” e a

⁵ BN – Hemeroteca Digital. Nota sobre abertura da Faculdade Livre de Direito publicada no *Jornal de Notícias* em 07 de março de 1891.

⁶ BN – Hemeroteca Digital. Telegrama assinado por Moniz Freire, publicado em 09 de março de 1891 no *Pequeno Jornal*.

imprensa que se via constantemente ameaçada em sua liberdade de divulgar fatos e notícias sobre as autoridades e os atos do governo.

Conforme Calasans (1967), o novembro de 1891 foi um mês riquíssimo em casos políticos. O fechamento do Congresso pelo presidente Deodoro da Fonseca foi o principal deles e acabou gerando instabilidade política em diversos estados do Brasil. De uma maneira geral, entendia-se o ato presidencial como necessário para manter a tranquilidade do país. Buscando demonstrar os sentimentos gerais da nação o *Jornal de Notícias* publicou o seguinte soneto:

Eu adiro, tu aderés, êle adere
Todos nós aderimos prontamente
A questão é ficar comodamente
Sem perder os proventos que se aufere
O que está feito, está feito. Derramar
sangue por causa disto é insensatez
Desde que para mostrarmos altivez
Basta a prosa da sala de jantar
Quem tem mulher e filhos, meu amigo,
Não quer ser prejudicado, ao mais prefere.
Vir pra rua brigar, não é comigo.
Em conflitos assim, não interfere
Por isso nos momentos de perigo
Eu adiro, tu aderés, êle adere.⁷

Ainda de acordo com Calasans (1967), o soneto, de autoria de Lulu Parola (pseudônimo de Aloysio de Carvalho), foi o primeiro da seção *Cantando e Rindo* dedicado a um acontecimento político. Antes disso, o poeta e proprietário do *Jornal de Notícias*, destinava este espaço ao amor e ao gracejo. Para Daniel Rebouças Carvalho (2013), as incertezas políticas dos primeiros anos republicanos levaram Lulu Parola a utilizar seus versos e prosas para comentar o cenário político da época, mostrando que “[...] as escolhas temáticas e a construção das crônicas não seriam apenas exercício ou passatempo de um talentoso verzejador, mas influenciado pela conjuntura e possíveis opções políticas do seu autor” (CARVALHO, 2013, p. 19).

Sobre a deposição de José Gonçalves podemos afirmar que proprietário do *Pequeno Jornal* foi um elemento de extrema importância não somente com o que escrevia em seu periódico, como também com o seu discurso que inflamou e incentivou a

⁷ Soneto de Lulu Parola publicado na seção *Cantando e Rindo* do *Jornal de Notícias*. In. CALASANS, José. **Lulu Parola e os acontecimentos políticos de 1891** (1967), p. 05.

população a continuar com as manifestações até o que o governador decidisse deixar o cargo.

Gonçalves só decidiu renunciar ao mandato após perceber-se sem apoio militar e, desta forma, sem condições de conter a população que se manifestava a favor da sua desistência em continuar no exercício do cargo. Para o governador, o seu mandato era legítimo, não somente por haver sido eleito por uma Assembleia Constituinte como também porque contava com o apoio do recém empossado presidente Floriano Peixoto. O que pode ser comprovado pelo telegrama do presidente divulgado no jornal *Diário da Bahia*.

Boletim

Hontem distribuimos o seguinte:

«N.11164 — Rio, 23 às 12 horas e 30 minutos

Sr. governador — Bahia.

Assumindo a presidencia da Republica, é meu empenho manter constituições estados, ordem publica e apoiar governos dos estados. Espero me auxiliareis neste firme proposito. — Floriano Peixoto »⁸

Para aqueles que defendiam a destituição, como por exemplo, o *Pequeno Jornal* e o *Estado da Bahia*, o principal argumento usado como justificativa era o fato de Gonçalves ter apoiado o fechamento do Congresso Nacional. Para esses periódicos, não era possível manter no poder quem atentava contra a integridade da República.

O *Pequeno Jornal* publicou no dia 27 de novembro um artigo sobre o tema. Neste texto, a folha aproveitou não somente para desmerecer as habilidades políticas de Gonçalves e, mais uma vez reforçar a sua imagem de incompetente, como também para atacar os seus aliados, justificando assim o fato de o general Tude Neiva ter assumido o cargo de governador e não o presidente do Senado, Luiz Vianna, ou o presidente da Câmara, Sátiro Dias, que seriam os sucessores legítimos

O que devemos tornar bem saliente é a correção do procedimento do general Tude em todas estas occurrencias.

S. ex. soube elevar-se á toda altura do dever, e das graves circumstancias, em que nos achamos, pela tenacidade do sr. José Gonçalves, arredado do nobre propósito, em que se achava, pela commandita, que por tanto tempo explorou o seu governo, em proveito de inconfessáveis interesses, e com o mais completo sacrificio do bem publico.

O general, aclamado pelo povo, não podia recusar-se a tomar o governo. O que o povo não queria, nem quer, é que esta terra seja mais dirigida por aquelles que tanto a tem aviltado.

⁸ Telegrama do presidente Floriano Peixoto publicado em 25 de novembro de 1891 no jornal *Diário da Bahia*. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.11.

O presidente do senado era com outros o inspirador do sr. José Gonçalves sinão o principal auctor de tudo.

O presidente da camara dos deputados — *servus a mandatis*⁹ — da conhecida commandita.

Não temos dúvida em concordar que moralmente o sr. José Gonçalves fosse o menos culpado d'entre eles. Deixou-se infelizmente dominar pelas influencias maleficas, que o cercaram, e teve a punição de sua fraqueza e criminosa condescendencia.

Com a attitude assumida pelo sr. José Gonçalves, e o pequeno e insignificante grupo, que o cerca, deante do golpe do Estado de 4 do corrente, a Bahia não podia consentir que semelhante gente continuasse a governal-a, e pelo modo de todos conhecido.

A União libertava-se do dictador. Este Estado não podia ficar sujeito ao chicote do feitor.¹⁰

Neste mesmo dia 27, o *Jornal de Notícias* publicou a troca de officios entre o governador interino, o general Tude Neiva, e o presidente da Câmara, Sátiro Dias. O officio do general afirmava a negativa do presidente do Senado em assumir o governo do estado e convidava Dias a ocupar o cargo. Em resposta, o presidente da Câmara disse:

Em resposta ao vosso officio d'esta data, no qual me convidaes a assumir o governo do Estado, na qualidade de presidente da camara dos deputados, por não haver acceitado o presidente do senado, 1^o substituto constitucional do governador eleito, declaro-vos que não hesitarei em assumir o exercicio d'esse cargo, desde que me assegureis que posso contar com o apoio decidido de toda a guarnição aqui existente, afim de manter a ordem e restabelecer a segurança publica e as instituições constitucionais do estado (...)¹¹

O período após a deposição de Gonçalves é um momento que pode chamar a atenção pela cisão provocada na imprensa baiana que se dividia entre os apoiadores e opositores ao ex-governador. É compreensível que pelo lado gonçalvista, o *Jornal de Notícias* tenha ganhado destaque por ser um dos principais periódicos do estado. Já o *Pequeno Jornal* conquistou a sua relevância por ter como proprietário o deputado Cezar Zama, que era o principal representante do lado opositor e, também, pelo seu protagonismo na manifestação popular que levou à queda de Gonçalves.

A rivalidade existente entre os periódicos é um elemento de suma importância para o surgimento da opinião pública. De acordo com Cândido Teobaldo de Souza Andrade (1964), para que exista a opinião pública é necessário que haja controvérsia, já

⁹ Escravo com cargo ou escravo em mandato

¹⁰ O Pequeno Jornal, 27 de novembro de 1891. “O governo da Bahia” In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 35-38.

¹¹ Jornal de Notícias em 27 de novembro de 1891. Trecho do officio enviado por Sátiro Dias ao governador interino general Tude Neiva. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 40-41.

que opinião pública pressupõe discussão pública. Ele ainda ressalta que essa controvérsia é colocada pelos grupos de interesses que não somente a estabelece, como também a amolda conforme os seus objetivos.

Andrade (1964) cita o sociólogo estadunidense Donald Pierson para afirmar que a opinião pública nasce do jogo de diferenças de interesses, de motivos e de julgamentos individuais que colidem, entram em conflito e se manifestam por meio de notícias.

Nesse mês de instabilidade política vivido pela Bahia, diversos argumentos sustentaram os posicionamentos destes lados antagônicos sendo que o principal deles é a legalidade. Os gonçalvistas defendiam que o mandato de Gonçalves estava legitimado pela Constituição do Estado que foi votada no dia 02 de julho deste mesmo ano; o lado contrário contestava este argumento, afirmando que Gonçalves não poderia apelar para legalidade já que seu mandato foi constituído a partir de diversas irregularidades que desrespeitavam a Constituição estadual.

Quem começa sua existencia violando o mais sagrado dogma democratico – a vontade das maiorias, quem fraudas urnas, rouba votos, forgica actas falsas, e depois de tudo, ri-se, zomba da soberania popular, e faz garbo dos escandalos praticados, não pode em momentos de desespero invocar a constituição para se manter em uma posição, que só é legitima quando delegação popular.

(...) A Bahia e o Brazil inteiro, sabem: declarando-se solidarios com a dictadura, applaudindo-a entusiastamente em seus telegrammas e banquetes, tornando-se co-reus do grande crime de 4 de novembro, que despedaçou a Constituição Federal.

Quem assim viola o seu juramento, quem rasga de tal forma a propria Constituição estadual, que promettera observar com lealdade, não pode agora pretender abrigar-se sob a sua egide, para conservar posições, que deshonrou.

Os violadores da Constituição estadual e federal não tem o menor direito em fallar em constitucionalidade.¹²

No campo dessas disputas de discursos além da legalidade ou não do mandato de Gonçalves, estava a responsabilidade sobre o desfecho dos atos do dia 24. Enquanto os gonçalvistas afirmavam que Zama e seus apoiadores deviam ser responsabilizados pelas mortes ocorridas durante o ato sedicioso; a oposição declarava que foi a insistência do ex-governador em manter-se no cargo a responsável por transformar um ato pacífico em um ato violento.

¹² O Pequeno Jornal, 30 de novembro de 1891. Editorial **Quod coesaris, coesari**. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.81-85.

As incertezas sobre quem assumiria o cargo legitimamente após a destituição do governador mantinha a instabilidade política na Bahia. Tude, através dos ofícios enviados ao presidente da Câmara dos Deputados dava sinais de que não queria se manter no cargo e a ausência de garantias de apoio e manutenção da ordem gerava receio na classe política. Sobre essa incerteza de quem substituiria Gonçalves em seu mandato, o *Jornal de Notícias* voltou a dedicar espaço na sua sessão de poemas.

Cantando e Rindo

XVIII

Quem quer? Quem quer? Ninguém. Não ha quem queira.
Um, si não houvesse o rôlo, aceitaria...
E o outro disse: Não vou sem garantia...
Não sou eu quem pratica tal asneira.
E o casarão da Victoria está fechado,
Facto que succedeu bem raras vezes.
E' agora o inquilino tem dois mezes,
Ou até menos talvez, p'ra ser mudado.
Dizem mais: que tem almas do outro mundo,
E na cadeira um aviso, em negro fundo:
— Quem não tiver coragem não se senta —
Como não ha da casa quem se agrade,
Acho bom nomear-se logo um frade,
Com um credito aberto p'ra agua benta.
(Lulu Parola) ¹³

Além da incerteza sobre quem assumiria o governo do estado, os defensores de Gonçalves faziam questão de criticar a permanência do general Tude no cargo. Fato que, para esse grupo, representava não somente a ilegalidade como também a paralisia administrativa do Estado isso porque, durante o período em que esteve à frente do Executivo baiano o general Tude preocupou-se somente em manter a ordem pública.

E esse clima de inconstância permanecia por conta dos boatos que levantavam a possibilidade de uma nova sedição com o propósito de restaurar o poder de José Gonçalves. Esses rumores ganharam força após o encontro do ex-governador com o tenente-coronel Abreu Lima, que foi enviado pelo presidente Floriano Peixoto para verificar as consequências do ato do dia 24. Em sua edição do dia 04 de dezembro o *Pequeno Jornal* publicou um texto acusando Gonçalves e seus aliados de espalhar os boatos que reforçavam o ambiente de insegurança no estado.

¹³ *Jornal de Notícias* do dia 30 de novembro de 1891. Poema de Lulu Parola publicado na sessão **Cantando e Rindo**. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.92.

Nós e eles

Enquanto tranquilos e socegados nós esperamos o epílogo rigorosamente lógico dos últimos acontecimentos, os nossos contrários empregam todos os meios, mesmo os mais reprovados, para a reconquista das posições oficiais, sem as quais impossível lhes é viver politicamente.

Ao lado dos mais estranhos boatos, propositalmente para intimidar as famílias e perturbar a tranquilidade pública, percebe-se o trabalho surdo, a que se entregam para chegarem a seus fins.

Na quarta-feira, por alguns pontos desta cidade correu que o redactor-chefe desta folha havia sido assassinado: por outros que havia sido preso por ordem do sr. José Gonçalves, que havia retomado as redes da administração.

O nosso escriptorio encheu-se de gente, que para ali correu, tomada de espanto com tais boatos.

Na quinta-feira, novas e aterradoras balelas continuaram a circular.

«O 16º batalhão havia francamente se declarado pelo governador deposto e tinha resolvido repol-o a força d'armas ao meio dia, segundo uns, a 1 hora segundo outros.»

O boato tomara corpo até porque nesse dia o *Diário da Bahia* publicou o nome do commandante, e de alguns oficiais daquelle corpo, foram visitar o ex-governador.

O terror e a anciedade se esplanaram pela cidade, receiosa de novas scenas de sangue.

A noite desse mesmo dia fomos procurados por cidadãos conspícuos, e de importante posição social, que de nós inquiriam o que havia de real em tudo isto.¹⁴

Então, no período em que Tude Neiva permaneceu à frente do governo baiano, os periódicos favoráveis a Gonçalves afirmavam que o Estado estava sem comando e que era urgente a necessidade de se estabelecer um governo legítimo para retirar a Bahia do seu estado de paralisia administrativa, enquanto os opositoristas afirmavam que a presença do general na chefia do Executivo era essencial para a manutenção da segurança e da ordem.

Tude deixou o governo do estado em 17 de dezembro de 1891. No dia seguinte, o jornal *Diário da Bahia* publicou uma troca de correspondências entre o emissário do governo Federal, o tenente-coronel Francisco de Abreu Lima, e José Gonçalves. Em sua carta, o militar informava sobre a saída do general Tude Neiva, que abandonava o cargo por motivos de saúde e solicitava que o governador deposto evitasse qualquer tipo de movimentação a fim de retomar o poder. Em resposta Gonçalves afirmou:

«Ao illustre cidadão tenente-coronel Abreu Lima. — Acabo de receber vossa carta de hoje, em que tendes a bondade de communicar-me que

¹⁴ O Pequeno Jornal. 04 de dezembro de 1891. “Nós e eles”. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.164-166.

mandastes transcrever nos jornaes da tarde o officio com que o sr. general Tude por doente vos entregou o governo deste estado e telegraphastes ao sr. marechal presidente da republica e appelaes para o meu patriotismo, afim de que, influindo com meus amigos, poupe esta heroica população qualquer perturbação da ordem publica, evitando assim derramamento do generoso sangue bahiano; e, em resposta, cumpre-me dizer-vos que, não tendo occorrido circumstancia de ordem legal e de interesse publico que modifique a situação em que, como governador deste estado, achava-me por occasião do motim do dia 24 do mez proximo findo, minha attitude continua a ser a mesma de ordem e respeito às constituições da União e deste estado.

Sinto-me que me julgueis capaz de concorrer sequer para a perturbação da ordem publica, por ser meu empenho de honra não desmerecer do conceito do meu paiz, nem mentir aos meus deveres, promovendo a anarchia, o descredito das instituições e muito menos consentir o derramamento do sangue precioso dos filhos desta terra, que estremeço. Com os meus amigos vos bem direi se fizerdes outro tanto. Saude e fraternidade. — José Gonçalves da Silva, Bahia 17 de dezembro de 1891.

»¹⁵

Confirmada a saída do General Tude, o tenente-coronel Abreu Lima assumiu o governo da Bahia interinamente, mas mesmo antes de obter reposta do presidente Floriano Peixoto, se auto proclamou governador. Para a parcela imprensa que apoiava a deposição de Gonçalves, o fato representava uma solução pacífica para a crise política do estado.

Já a imprensa gonçalvista não se mostrou a favor do emissário do Governo Federal assumindo o Governo do Estado e, voltava a utilizar o argumento da ilegalidade, para sustentar a sua posição contrária. Lulu Parola, que desde a deposição de Gonçalves transformou a sua sessão rimada em um espaço para a discussão política, não deixou de tratar sobre o tema Abreu Lima.

Cantando e Rindo

XXXIII

Alguem já está governando
Sem ser um membro legal.
A cousa vae se aclarando...
Alguem já está governando
Veio aos bucados chegando
A intervenção federal.
Alguem já está governando,
Sem ser um membro legal.
Mesmo sem ser acclamado,
Já não é mais interino

¹⁵ Diário da Bahia, 18 de dezembro de 1891. Carta do ex-governador José Gonçalves, emitida em resposta ao tenente-coronel Abreu Lima. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 373-374.

Governador é chamado,
Mesmo sem ser aclamado.
Do embaixador nomeado,
Que perspicacia, que tino!
Mesmo sem ser aclamado,
Já não é mais interino.¹⁶

Analisando as publicações após a saída do general Tude do governo, podemos constatar que o tenente-coronel Abreu Lima também não foi capaz de ser um nome de consenso entre os gonçalvistas e seus opositores. Deste modo, a imprensa baiana continuava rivalizando em torno da deposição de José Gonçalves. Para os gonçalvistas a substituição de Tude Neiva por Abreu Lima não representava uma mudança significativa para o governo do estado já que, sendo também um militar, sua preocupação primordial seria a manutenção da ordem. Além disso, o tenente-coronel era visto como um intruso que não passava de uma representação da intervenção federal e um desrespeito à autonomia da Bahia.

Mesmo com o apoio da imprensa anti-gonçalvista, Abreu Lima não conseguiu se firmar no governo, ocupando o cargo por menos de uma semana. Já no dia 22 de dezembro, diversos jornais publicaram que o presidente Floriano Peixoto não apoiava que o tenente-coronel se mantivesse como governador e o orientava a buscar um ocupante legítimo, a fim de resolver a crise política do estado. Nesta mesma data, o *Jornal de Notícias* publicou uma nota convocatória na qual o presidente do senado estadual, Luiz Vianna, era citado como governador.

Ultima hora
CONVOCAÇÃO DO CONGRESSO
O exm. sr. dr. Luiz Vianna, presidente do senado estadual, no exercício do cargo de governador, convocou, por acto d'esta data, a assembléa geral para reunir-se extraordinariamente amanhã, no salão das sessões da intendencia municipal, ao meio dia, por achar-se em obras a casa onde funciona a assembléa constituinte.¹⁷

A edição do *Pequeno Jornal* do dia 23 publicou um texto assinado pelo seu proprietário e deputado Cezar Zama. Nesta publicação, o redator desmentiu as notícias divulgadas no dia anterior que afirmavam que o senador Luiz Vianna havia convocado

¹⁶ Jornal de Notícias do dia 18 de dezembro de 1891. **Cantando e Rindo XXXIII**. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.393.

¹⁷ Nota publicada pelo Jornal de Notícias no dia 22 de dezembro de 1891. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 449.

uma assembleia geral. De acordo com o escrito de Zama, a reunião foi realizada em um dos salões do Hotel Paris, a convite dos tenentes-coronéis Francisco de Abreu Lima e Antonio Moreira Cesar e participaram dela os deputados federais: Severino Vieira, Leovigildo Filgueiras, Amphilophio Botelho Freire de Carvalho e Paula Guimarães como representantes de José Gonçalves e, representando a parte contrária, estavam presentes o próprio Zama, Augusto Ferreira e Prisco Paraizo.

A assembleia que, conforme Zama, foi liderada por Abreu Lima e tinha como objetivo pôr fim à crise política do estado que se arrastava desde o dia 24 de novembro. Para isso, o tenente-coronel afirmou que ambos os lados precisavam ceder em suas pretensões. Ao final, as partes envolvidas chegaram a um acordo que definia os seguintes pontos:

- 1º Renuncia do sr. José Gonçalves do cargo de governador;
- 2º Aceitação do nome do sr. Leal Ferreira para presidente do senado;
- 3º A convocação imediata do congresso pelo sr. Luiz Vianna, como presidente do senado à vista das condições extraordinárias, em que se achava o Estado, e a sua renuncia do cargo que exercia;
- 4º que ao sr. Leal Ferreira, depois de eleito, passasse o sr. tenente-coronel Abreu Lima o governo de facto de que estava de posse.¹⁸

Zama aproveitou o seu texto não somente para publicar as decisões tomadas durante a reunião da qual ele afirma que foi secretário e redator da ata, como também para ressaltar a ineficiência do *Jornal de Notícias* e do *Diário de Notícias*, os seus principais rivais na questão da deposição, ao transmitir as informações sobre o caso.

Eis em toda a sua singeleza e verdade, a narração fiel das occurrencias de hontem.

O publico fica por estas linhas abilitada a avaliar quão deficiente foi a noticia hoje dada pelo *Diario da Bahia*, e quão inexactas foram as transmittidas a esta cidade pelas illustres redacções do *Diario e Jornal de Noticias*.

O sr. Severino, em nome de seus amigos, e eu, em nome dos meus, compromettemo-nos solemnemente a cumprir as deliberações tomadas. Limito-me a isto, e julgo assim cumprir os meus deveres de politico e jornalista.

No momento, em que termino este artigo, o relógio marca 8 horas da manhã.

Bahia, 23 de dezembro de 1891.

CEZAR ZAMA¹⁹

¹⁸ Trecho do texto “**O desenlace da questão**” publicado no Pequeno Jornal do dia 23 de dezembro de 1891. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 461-462.

¹⁹ Trecho do texto “**O desenlace da questão**” publicado no Pequeno Jornal do dia 23 de dezembro de 1891

Além do artigo de Zama, o *Pequeno Jornal* publicou também a carta de despedida do tenente-coronel Abreu Lima na qual ele se justificava por ter assumido o governo do estado e afirmava ter conseguido cumprir o seu objetivo que era solucionar a crise política vivida pela Bahia.

Ao povo bahiano

Quaesquer que possam ser as apparencias calumniosas, tenho consciencia que assumi o governo provisoriamente deste Estado por motivos de ordem superior. A salvação da Republica; a conflagração eminente com o triste cortejo do derramamento de sangue desta heroica população me empelliram a este poste transitorio de sacrificios, unica medida que de prompto poderia tomar antes os projectados balões de ensaios para a restauração monarchica. O desdobramento dos acontecimentos que hei de fazer no Rio de Janeiro em companhia dos distinctos amigos que me acompanharam nesta emergencia justificarão tão extrema medida.

Hoje, restituo o governo de facto, que exerci por cinco dias, ao presidente eleito pelo senado e retiro-me satisfeito por acreditar ter prestado a esta terra e a Republica o maior dos sacrificios que pode fazer um homem de honra e patriotismo.

Aos bahianos em geral minha eterna gratidão, pelo auxilio e confiança que em mim depositaram.

FRANCISCO DE ABREU LIMA²⁰

Sobre a saída de Abreu Lima, o *Jornal de Notícias* se pronunciou mais uma vez através das poesias de Lulu Parola.

Cantando e Rindo

XXXVIII

Lavremos, pois, uma acta...
Cada qual cede um bocado
Do bem publico se trata:
Lavremos, pois, uma acta.
Isto é nó que se desata;
Não precisa ser cortado.
Lavremos, pois uma acta...
Cada qual cede um bocado
Foi um ligeiro accidente
Pathologico e chinfrim
Já está em paz toda gente;
Foi um ligeiro accidente.
O super-omnia tenente,
Viu perdido o seu latim.
Foi um ligeiro accidente
Pathologico e chinfrim
LULU PAROLA²¹

²⁰ Carta de despedida do tenente-coronel Francisco de Abreu Lima publicada no *Pequeno Jornal* do dia 23 de dezembro de 1891. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p.466-467.

²¹ Poema publicado na sessão *Cantando e Rindo* do *Jornal de Notícias* do dia 24 de dezembro de 1891. In. Tourinho, João Gonçalves. **História da Sedição na Bahia** (1893) p. 498-499.

Obedecendo ao que foi acordado na reunião realizada no dia 22 de dezembro, no dia seguinte, realizou-se uma sessão no Senado em que o presidente Luiz Vianna renunciou ao cargo. Nesta mesma sessão, na qual compareceram treze senadores, foi realizada uma nova eleição em que concorreram o antigo presidente da casa, Luiz Vianna e o contra-almirante Joaquim Leal Ferreira, sendo que este último saiu como vencedor ao receber doze votos.

Assim como determinava a Constituição Estadual da época, por ter sido eleito presidente do Senado, Leal Ferreira assumiu também o cargo de governador do estado, já que este foi renunciado por José Gonçalves. Tanto para a imprensa baiana quanto para os políticos do estado que desde o dia 24 de novembro estavam polarizados por conta da questão da deposição do governador, o nome de Leal Ferreira representava uma consonância. Ele simbolizava o desfecho de um caso, que se prorrogou por quase um mês, sem a existência de vencedores ou de vencidos, pois, para os gonçalvistas, o almirante representava a legalidade, já que foi eleito presidente do Senado e, diante da renúncia oficial de José Gonçalves, seria o seu representante legal. Para os oposicionistas, o novo governador simbolizava a confirmação da vontade do povo que foi às ruas destituir o governo ditatorial.

Retornando ao conceito de opinião pública estabelecido por Andrade (1964), a solução do caso da deposição de José Gonçalves se enquadraria na terceira fase de formação e desenvolvimento da opinião pública onde os argumentos racionais começam a preponderar e a demarcar linhas em torno da questão controvertida, surgindo então o que ele chama de *consensus*, em que não é a opinião da maioria ou da minoria, mas uma opinião mesclada de todas as opiniões individuais ou grupais presentes na discussão pública.

Sobre José Gonçalves, a sua destituição não o fez abandonar a política e nem reduziu a sua importância neste meio. Nas eleições estaduais que foram antecipadas para o ano de 1892, se tornou presidente do Partido Republicano Federalista (PRF), que foi fundado neste mesmo ano e elegeu-se senador estadual. A eleição de 1892 foi convocada com o objetivo de pôr fim às instabilidades políticas do estado e foi a primeira realizada com voto direto, neste processo Joaquim Manuel Rodrigues Lima se tornou governador da Bahia, tomando posse no dia 28 de maio deste ano.

Já Cezar Zama, concluiu o seu mandato como deputado em dezembro de 1893. Foi reeleito para a legislatura de 1894-1896, sendo este o seu último mandato, pois decidiu abandonar a política e passou a dedicar-se à advocacia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início da República na Bahia foi um momento conturbado, não somente pela novidade que o regime propunha como também por trazer uma expectativa de surgimento de novas lideranças políticas. O que não aconteceu, pois, os políticos do Império se utilizaram do prestígio conseguido para se manter no poder e ajustar essa nova ordem aos seus interesses.

Nessa disputa por cargos, ocorreram diversas trocas no Poder Executivo do estado (em três anos a Bahia possuiu oito governadores) com o objetivo de alcançar a estabilidade política. Dentre as trocas mais relevantes desse período sem dúvidas foi a de José Gonçalves da Silva. Quarto governador republicano e primeiro eleito por uma Assembleia Constituinte e, também, o primeiro e único a ser deposto.

Gonçalves, assim como outros governadores do Brasil, apoiaram o presidente Deodoro da Fonseca em sua decisão de fechar o Congresso Nacional e instituir uma ditadura no país. Ato fracassado que provocou não somente a renúncia de Deodoro como também a queda dos governadores aliados ao presidente.

O que chama a atenção no caso de Gonçalves é que este não renunciou ao cargo, mas foi obrigado a abandoná-lo após pressão popular. Pressão essa incentivada por órgãos da imprensa que eram desafetos do então governador, com destaque para o *Pequeno Jornal*, que pertencia ao deputado Cezar Zama.

O interessante neste episódio é discutir a imprensa como um campo de disputa política, onde os discursos são usados no sentido de convencer a chamada opinião pública. Este tema de grande valor para os periódicos brasileiros desde as primeiras publicações, foi se tornando cada vez mais relevante com o passar do tempo.

A análise das publicações de alguns jornais da época permitiu evidenciar a importância que o caso Gonçalves teve para a imprensa baiana. O fato se tornou pauta principal dos periódicos do estado e provocou disputas entre os mesmos no sentido de convencer a opinião pública daquilo que eles defendiam. A imprensa funcionava como uma espécie de porta-voz publicando não somente os textos de seus redatores, como

também cartas e manifestos daqueles que compactuavam o ideário defendido por cada jornal. Essa participação popular nas páginas desses periódicos podia funcionar como uma maneira de compreender como essas ideias estavam chegando à população, mesmo que de uma forma não tão abrangente, já que no período estudado a maioria da população do estado era analfabeta.

A partir das cartas divulgadas pode-se compreender que a política era um tema que interessava não somente àqueles que pertenciam às classes mais abastadas, como também a aqueles das classes mais pobres que tinham conhecimento da leitura e da escrita. Essas chamadas “pessoas do povo”, que tiveram acesso ao letramento, também utilizaram as páginas dos jornais para expressar a sua opinião política e faziam questão de ressaltar a sua condição social nas cartas enviadas dando a entender, deste modo, que este setor da população também estava consciente dos acontecimentos políticos.

FONTES

BN. **Jornal de Notícias de 04 de março de 1891 a 15 de fevereiro de 1892.**

Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2021

BN. **Pequeno Jornal de 15 de outubro de 1890 a 24 de novembro de 1891.**

Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2021

TOURINHO, José Gonçalves. **História da Sedição na Bahia em 24 de novembro de 1891.**

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. T. de S. Mito e Realidade da Opinião Pública. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 4, n. 11, abr-jun, p.107-122, 1964. Disponível em: <https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901964001100004.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2021.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **Republicanism e Classe Média em Salvador (1870-1889)** (Dissertação de Mestrado) Salvador: FFCH/UFBA 1992. Disponível em: <https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3_republicanismo_e_classe_media_em_salvador_1870-1889.pdf>. Acesso em 08 de fevereiro de 2021.

CALASANS, José. **Lulú Parola e os acontecimentos políticos de 1891**. Salvador, Centro de Estudos Baianos, 1967. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23824>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

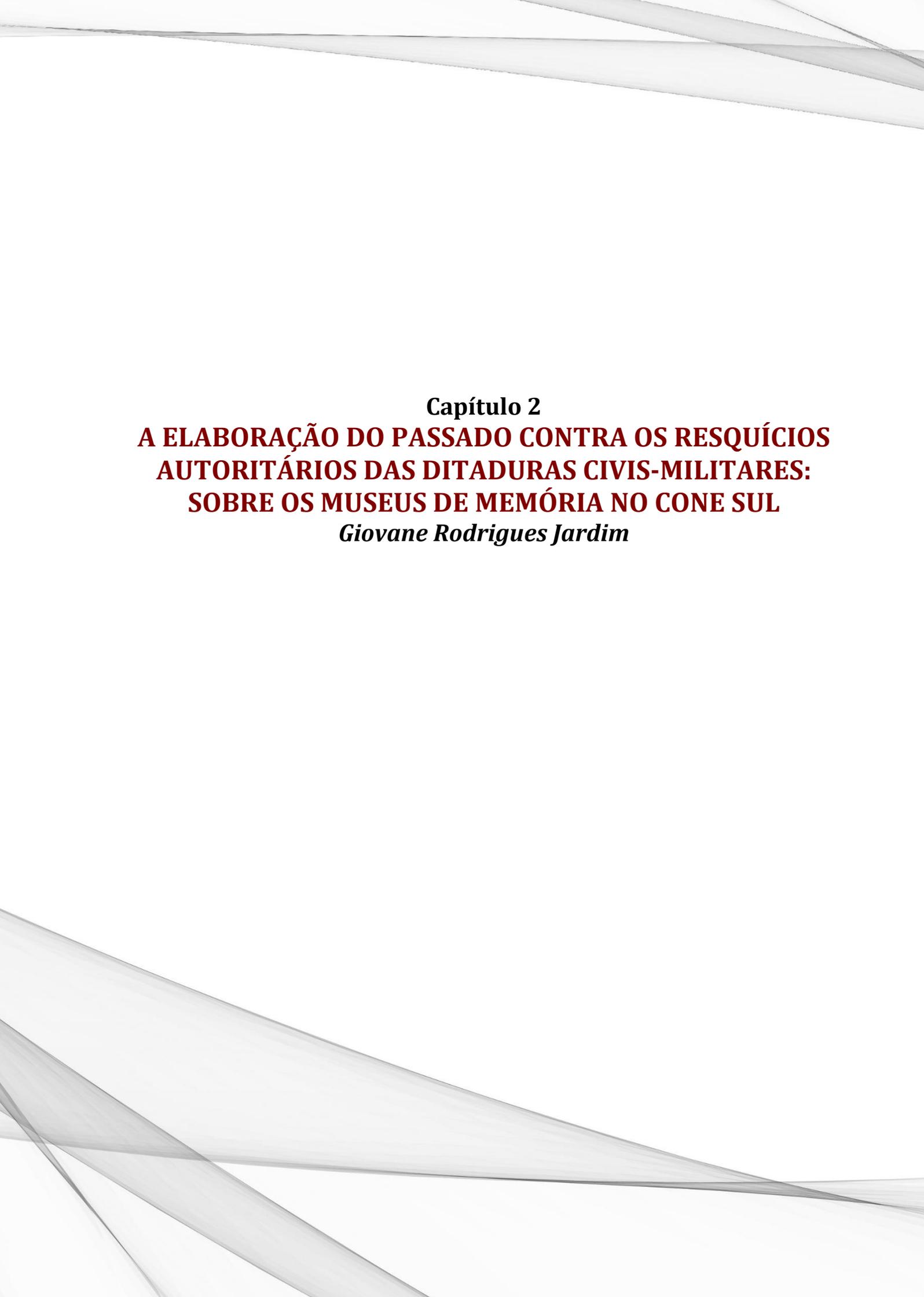
CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; SAMPAIO, Consuelo Novais. José Gonçalves. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GON%C3%87ALVES,%20Jos%C3%A9.pdf>>. Acesso em 21 de janeiro de 2021.

CARVALHO, Daniel Rebouças. **As crônicas de Lulu Parola na Bahia: Desilusão republicana e engajamento político em Aloísio de Carvalho (c.1891-1916)**. (Dissertação de Mestrado) Salvador, FFCH/UFBA 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14526/1/Daniel%20Rebou%C3%A7as%20Carvalho%20%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20completa%20Lulu%20Parola%20pdf%20completo.pdf>>. Acesso em 21 de março de 2021.

FLORES, Elio Chaves. A Consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**, p. 45-88 – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. (O Brasil Republicano v. 1)

FREITAS, Liliane de Brito; SAMPAIO, Consuelo Novais. César Zama. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ZAMA,%20C%C3%A9sar.pdf>>. Acesso em 21 de janeiro de 2021.

SARMENTO, Silvia Noronha; SAMPAIO, Consuelo Novais. Rodrigues Lima. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Rodrigues.pdf>>. Acesso em 04 de abril de 2021.



Capítulo 2
A ELABORAÇÃO DO PASSADO CONTRA OS RESQUÍCIOS
AUTORITÁRIOS DAS DITADURAS CIVIS-MILITARES:
SOBRE OS MUSEUS DE MEMÓRIA NO CONE SUL
Giovane Rodrigues Jardim

A ELABORAÇÃO DO PASSADO CONTRA OS RESQUÍCIOS AUTORITÁRIOS DAS DITADURAS CIVIS-MILITARES: SOBRE OS MUSEUS DE MEMÓRIA NO CONE SUL²²

Giovane Rodrigues Jardim

Docente de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Erechim. Vice Coordenador da Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência (REBRAPESC). Líder do Grupo de Pesquisa Sítios de Memória e Consciência: passados traumáticos, esfera pública e democracia. Possui bacharelado e licenciatura em Filosofia (UCPEL) e Mestrado em Ética e Filosofia Política (UFPEL). Possui as seguintes especializações: Gestão Pública Municipal (UNIPAMPA); Organização do Trabalho Pedagógico na Escola (UNINTER); Mídias na Educação (UFPEL). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, e coordenador do Projeto de Pesquisa Condições e possibilidades do perdão em âmbito público (IFRS). Integra também os Grupos de Pesquisa Estudos em Educação e Sociedade (IFRS) e Pluralismo Jurídico e Interculturalidade nos Estados Latino-Americanos (UFRGS). Tem interesse pelos seguintes temas de pesquisa: museus de memória, identidade, memória, política, emancipação, filosofia política contemporânea, Teoria Crítica da Sociedade, moral negativa, educação e ética.

RESUMO

Na segunda metade do século XX, no Paraguai (1954-1989), no Brasil (1964-1985), no Uruguai (1973-1985), no Chile (1973-1990) e na Argentina (1976-1983), aconteceram graves violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado em regimes de exceção que têm sido comumente nomeados como ditaduras civis-militares, articulados no *Plano Condor*. O dano causado às vítimas e seus familiares, também a sociedade de modo geral, no que se refere às relações de reciprocidade e de respeito, são irreparáveis. Porém, conscientes de que não é possível mudar o passado, mas suas consequências no presente,

²²O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

inúmeras políticas de memória são implementadas nesses países com a finalidade de dar visibilidade ao que aconteceu, reconhecer a responsabilidade do Estado e comprometer-se com a não repetição. Embora seja uma das últimas políticas implementadas até então, em todos os países do Cone Sul foram demandadas instituições museológicas como forma de reconhecimento e visibilidade das graves violações, e, com exceção do Brasil, em todos os demais foram criados museus de/da memória (s). Nesse sentido, importa-nos compreender o trabalho da memória proposto por essas instituições museológicas como uma política híbrida de memória, ou seja, que inclui medidas simbólicas de justiça e de reparação.

Palavras-chave: Memória; Política Pública de Memória; Justiça de Transição.

ABSTRACT

In the second half of the 20th century, in Paraguay (1954-1989), Brazil (1964-1985), Uruguay (1973-1985), Chile (1973-1990) and Argentina (1976-1983), serious human rights violations were committed by the state in regimes of exception that have been commonly referred to as civil-military-(ecclesial) dictatorships, articulated in the Condor Plan. The damage done to the victims and their families, as well as to society in general, in terms of reciprocal relationships and respect, is irreparable. But aware that it is not possible to change the past, but its consequences in the present, numerous memory policies have been implemented in these countries with the aim of giving visibility to what happened, recognising the responsibility of the state and committing to non-repetition. In this sense, it is important for us to understand the memory work proposed by these museum institutions as a hybrid memory policy, that is, one that includes symbolic measures of justice and reparation.

Keywords: Memory; Public Memory Policy; Transitional Justice.

Introdução

Na segunda metade do século XX, no Paraguai (1954-1989), no Brasil (1964-1985), no Uruguai (1973-1985), no Chile (1973-1990) e na Argentina (1976-1983), aconteceram graves violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado em regimes de exceção que são comumente nomeados como ditaduras civis-militares- (eclesiais), articulados ou não no *Plano Condor*. O dano causado às vítimas e seus familiares, também a sociedade de modo geral, no que se refere às relações de reciprocidade e de respeito, são irreparáveis. Porém, conscientes de que não é possível mudar o passado, mas suas consequências no presente, inúmeras políticas de memória são implementadas nesses países com a finalidade de dar visibilidade ao que aconteceu, reconhecer a responsabilidade do Estado e comprometer-se com a não repetição.

Embora seja uma das últimas políticas implementadas até então, em todos os países do Cone Sul foram demandadas instituições museológicas como forma de

reconhecimento e visibilidade das graves violações, e, com exceção do Brasil, em todos os demais foram criados museus de/da memória (s). Nesse sentido, importa-nos compreender o trabalho da memória proposto pelas seguintes instituições: *Museo de la Memoria*, em Rosario/Argentina; *Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos*, em Assunção/Paraguai; *Centro Cultural Museo de la Memoria*, em Montevideu/Uruguai; *Museo de la Memoria y Derechos Humanos*, em Santiago/Chile; *Museo Sitio de Memoria ESMA*, em Buenos Aires/Argentina. Trata-se, assim, de um delineamento dos museus de/da memória (s) como um conceito em aberto, e como uma política híbrida de memória, que inclui medidas simbólicas de justiça e de reparação.

1. O recorte metodológico: o Cone Sul a partir dos *Archivos del Terror*

Museus de/da memória como iniciativas de grupos e associações, e/ou como políticas públicas de memória implementados pelos Estados, foram demandados e instalados em diversos lugares do mundo, sobretudo para a elaboração/trabalho/superação do passado traumático em relação ao holocausto (ou da *Shoá*²³). Porém, importa-nos delinear os museus de/da memória na região do Cone Sul assumida em uma maior abrangência e dos trabalhos que são realizados a partir dos *Archivos del Terror*²⁴ que foram descobertos no Paraguai no ano de 1992, e são reproduzidos na expografia do *Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos* (Figura 1).

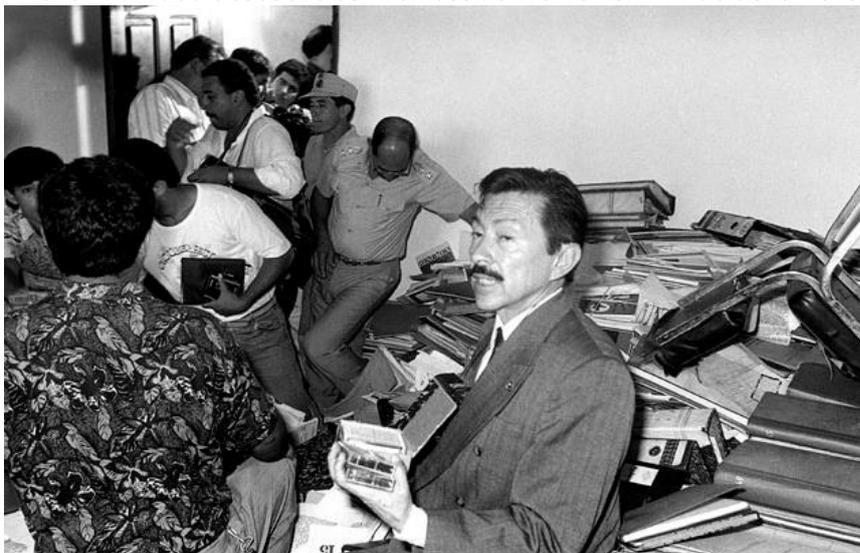
Esses arquivos contribuem para a compreensão do que foi a articulação entre diversos países da região no que ficou conhecido como *Plano Condor*²⁵, bem como a participação e influência dos Estados Unidos da América no planejamento e na implementação da doutrina de segurança nacional nesses países.

²³A expressão holocausto é comumente utilizada para fazer referência ao genocídio judeu pelo regime nazista, mas sua epistemologia relaciona-se à noção de sacrifício. Desta forma, a comunidade judaica tem enfatizado o emprego de *Shoá*, cujo significado relaciona-se com a catástrofe.

²⁴Segundo o CIPDH (2023, s/p): “*Archivos del Terror es la denominación con la que se conoce a un conjunto de documentos oficiales referidos a la represión policial en Paraguay particularmente durante el período de la dictadura de Alfredo Stroessner. El acervo consta de aproximadamente 300 metros lineales de documentación producida entre 1930 y 1992, entre la que se encuentran los documentos vinculados al período stronista, entre 1954 y 1992*”.

²⁵O *Plano Condor* ou *Operação Condor*, foi a colaboração iniciada na década de 1970 entre os governos da Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil, em operações de inteligência, perseguição, prisão e assassinato de opositores políticos, com o apoio dos Estados Unidos. Segundo Kim (2016, p. 43): “*La Operación Cóndor era un convenio firmado entre las seis dictaduras militares del Cono Sur. Regulaba el intercambio de información y presos para eliminar la oposición política y mantener el statu quo de la represión*”.

Figura 1: Martín Almada descobre os *Archivos del Terror* em 22 de dezembro de 1992.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/transicoes/7888698598/>

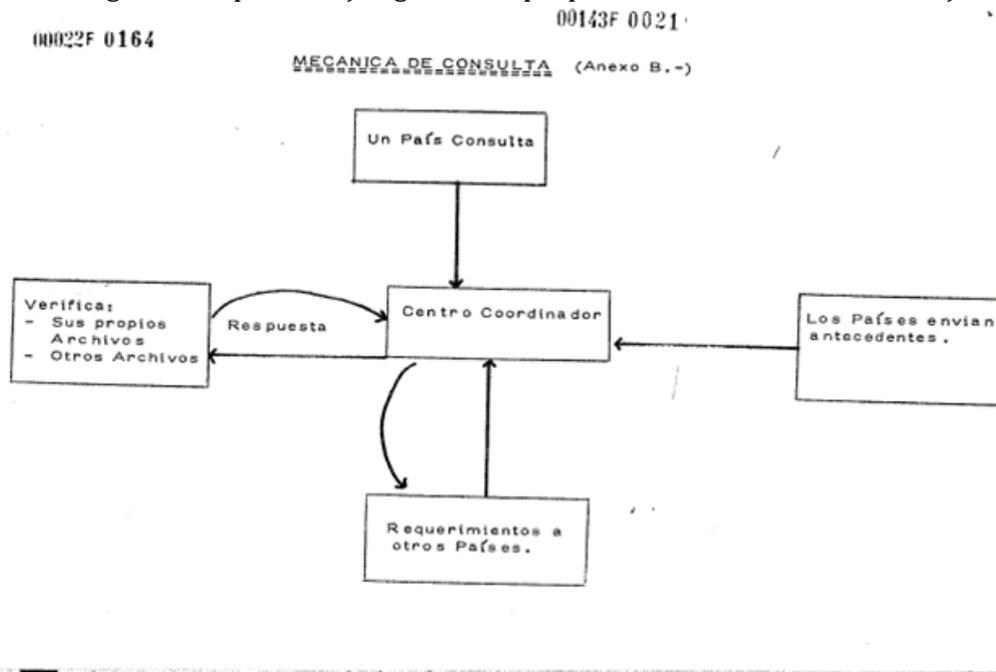
Os *Archivos del Terror*, como mundialmente ficaram conhecidos, foram encontrados em uma delegacia de polícia em Lambaré, próximo à cidade de Assunção, capital do Paraguai. No ano de 2009, o conjunto documental foi reconhecido e inscrito no Registro Memória do Mundo pela UNESCO, e estão no *Museo de la Justicia* em um Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos no Palácio de Justiça em Assunção, custeado pela Corte Suprema de Justiça do Paraguai. Embora esses documentos, em torno de 300 metros lineares de documentação, registrem a repressão no Paraguai e a articulação com outros países no *Plano Condor*, tenham sido descobertos em 1992 e reconhecidos pela UNESCO em 2009, somente no ano de 2023 foram declarados de interesse nacional pelo Poder Legislativo do Paraguai.

Esse conjunto documental tem sido importante não só para o Paraguai, mas também para diversos outros países, como, por exemplo, para as acusações contra Augusto Pinochet, no Chile, dentre outros. A descoberta dos arquivos, as pesquisas e sua publicidade nos anos seguintes, contribuíram para uma margem de manobra em que foi possível outras importantes iniciativas, como, por exemplo, da *Comisión de Verdad y Justicia* no Paraguai (2004-2008).

Então, esses arquivos possibilitam a pesquisa e o conhecimento acadêmico e judicial sobre a ditadura no país e sobre o *Plano Condor* para além de teorias de conspiração, enfim, permitem a materialidade sobre essa articulação de desestabilização das democracias na região e de instauração de regimes de segurança nacionais, inclusive, da articulação entre os agentes de repressão e de inteligência desses regimes, como

exemplifica a Figura 2 que retrata uma reunião de 1975 em que é proposto pelos chilenos um “Sistema de Coordenação e Segurança”, e reuniu militares da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Figura 2: Representação gráfica da proposta de Sistema de Coordenação.



Fonte: *Archivos del Terror* (disponível em *The National Security Archive*).

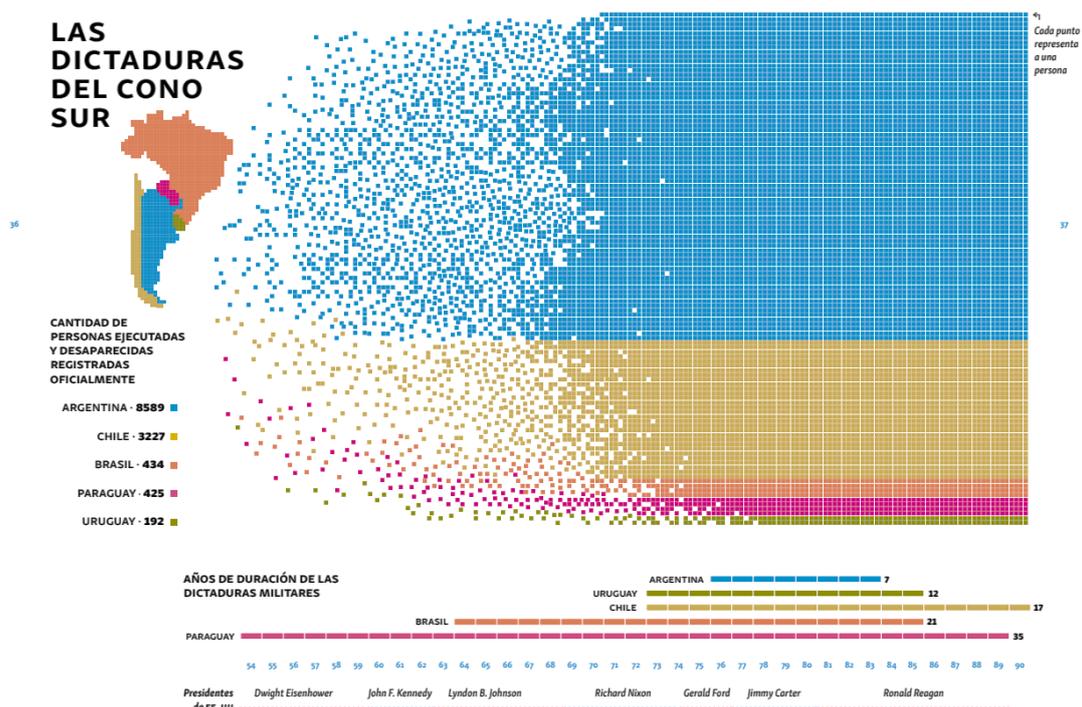
Então, os *Archivos del Terror*, assim como outros conjuntos documentais que registram o passado recente de graves violações aos direitos humanos e de autoritarismo de Estado, assim como de uma coordenação conjunta das ações de inteligência e repressão, contribuem para a compreensão do tempo presente também como continuidade de resquícios desse período. E assim, embora cada país possua suas particularidades no que se referiu às condições de possibilidade para o estabelecimento de ditaduras civis-militares (eclesiais), assim como de seus processos transacionais para a democracia, e mesmo de como tem tratado esses traumas, possuem também similitudes. E nesse sentido, afirma Padrós (2009, p. 37):

Inegavelmente, as ditaduras do Cone Sul, com as suas conhecidas motivações repressivas de controle, de censura e de enquadramento de memórias e de consciências, fomentaram um “esquecimento organizado”, o que se consolidou com o encaminhamento de leis de anistia ou similares, que tentaram impor esse esquecimento institucional da violência executada dentro da dinâmica estatal. Se esse esquecimento institucional se expressou na forma da anistia, a impunidade, a corrupção, a banalização da violência e o imobilismo foram efeitos da tentativa de

impor uma “amnésia coletiva” sobre a sociedade civil e se projetaram como parte dos desdobramentos não-resolvidos que conectam a conjuntura atual dos países da região, em processo de consolidação da democracia de cunho eleitoral, com esse passado recente que não deixa de estar presente.

Desta forma, como na sequência a esta afirmação, Padrós (2009) também nos auxilia a compreender que, embora vivamos em realidades que se afirmam democráticas, ainda há resquícios no Tempo Presente desse passado autoritário, resquícios não apenas residuais e/ou como consequências, mas também que foram planejados como um legado que não possibilitasse o enfrentamento das causas e origens, bem como dos responsáveis, por tais regimes de exceção. A apatia que resulta da cultura do medo, a desesperança, o isolamento das vítimas, dentre outros, contribui para que a passagem do tempo consolide o silenciamento e o esquecimento organizado.

Figura 3: Las dictaduras del Cono Sur.



FONTE: CODEHUPY (2023, p. 19).

A Figura 3 é um trabalho gráfico publicado em *Ventanas Abiertas* (2023)²⁶, colabora para com a compreensão do período e das vítimas diretas e indiretas a que essas instituições museológicas, como outras tantas políticas públicas de memória nos países

²⁶Trata-se de uma publicação que condensa a investigação da Comissão da Verdade e Justiça do Paraguai (CVJ, 2008), por meio da seleção e edição de conteúdo original, com narrativa visual e interativa.

Cone Sul, se dedicam na elaboração/trabalho/superação. As comissões nacionais instauradas nos países do Cone Sul, sob diferentes nomenclaturas, para a investigação e o esclarecimento sobre o que aconteceu nesses períodos de exceção apresentaram em seus relatórios finais números referentes a vítimas, vitimatários, espaços e lugares utilizados para cárcere clandestino, para tortura e para assassinato em massa. Entretanto, há muito ainda a se descobrir, há muitos documentos e informações a serem encontrados, assim como muitos corpos e pessoas sequestradas que ainda não reencontraram seus familiares. Muitos ainda não puderam enterrar seus mortos, tampouco abraçar seus sobreviventes.

Cada país enfrentou regimes particulares de ditadura, de autoritarismo de Estado, de perseguição, prisões e mortes. Cada quadradinho da imagem representa uma dessas pessoas cujo desaparecimento e/ou aparecimento, sequestro ou morte são conhecidos e denunciados. A cor de cada um deles relaciona a vítima e o país perpetrador. Há, contudo, muitos outros. O que consta são os dados oficiais, mas há muito tempo questionados pelas famílias e pela sociedade. A linha do tempo apresenta o início e o fim oficial desses regimes de exceção, mas há de se considerar seus antecedentes e sua extensão.

Par além-fronteiras, o Cone Sul pode ser compreendido não apenas como um espaço de semelhanças geográficas na forma de um cone ao sul do Trópico de Capricórnio, mas também assumido nas similitudes e na articulação dessas ditaduras civis-militares- (e eclesiais) que, parafraseando Brecht, foram tempos sombrios para o humano, também do empenho coletivo e compartilhado de enfrentamento desse passado e de interrupção de seu fluxo pela ação e pela luta constante, pela política.

Nesse sentido, a Figura 4 é um exemplo do empenho de empreendedores da memória, no Paraguai, de comunicabilidade dos *Archivos do Terror* com a sociedade de forma didática através de sua exposição permanente. Martim Almada que junto ao juiz José Agustín Fernández descobriram os *Archivos del Terror*, foi também um dos idealizadores do museu itinerante (e mesmo de um museu virtual) que no contexto da *Comisión de Verdad y Justicia*, no Paraguai, veio a se tornar um dos cinco museus de/da memória no Cone Sul. Há assim uma aposta de que o museu de/da memória possa ser um espaço/tempo de memórias e de consciência sobre o que não pode voltar a acontecer.

Figura 4: Exposición *Archivos del Terror* no *Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos*.



Fonte: Acervo do autor.

Nesse contexto de luta política contra o “esquecimento organizado”, por memória, verdade, justiça e reparação, mecanismos de direitos humanos e associações de vítimas, dentre outros agentes da sociedade civil organizada, têm demandado do Estado o reconhecimento das graves violações cometidas e que sejam implementadas políticas públicas para a sua não repetição, para o *nunca mais!* Os museus de/da memória no Cone Sul são uma das formas no âmbito das políticas públicas de memória, que compreendem medidas simbólicas, também de reparação e de justiça.

2. Museus de/da memória no Cone Sul

Cinco são as instituições museológicas que se denominam museus de/da memória no Cone Sul (Figura 5), que foram demandadas e criadas com algumas características similares apesar de seus estatutos jurídicos e escolhas epistemológicas distintas, sendo essas similitudes, a saber: rompem com a noção tradicional de museu; seu patrimônio é aquilo que não é seguro esquecer; promovem os direitos humanos; denunciam as graves violações cometidas pelo Estado; e assim representam o reconhecimento do Estado de que tais violações afetam a toda a coletividade.

Figura 5: Linha do Tempo – Ano de criação dos museus de/da memória nos países do Cone Sul.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na linha do tempo acima (Figura 5) inserimos a data de criação de cinco instituições, o seu respectivo nome e cidade onde estão instaladas, além de uma imagem de sua fachada externa. Há um museu de memória municipal em Rosário, Argentina; um museu departamental (estadual) em Montevideu, Uruguai; um museu de organização não governamental, mas amparado por entendimento judicial e instalado em prédio público, em Assunção, no Paraguai; e dois museus nacionais, em Santiago/Chile e em Buenos Aires/Argentina. Não nos deteremos a uma análise qualitativa sobre as expografias dessas instituições, tampouco ao quanto a relação entre memória e história está presente e, por vezes, não tão bem resolvida. A tarefa a que nos deteremos se restringe a um delineamento dessas instituições, informações de sua fundação e do espaço que ocupam, sobre seus objetivos e missão, das suas características gerais e das atividades e serviços disponibilizados.

2.1. Museu de la Memoria de Rosário - Argentina

A arte e a literatura são os meios para a experiência estética e para a narrativa nas exposições permanentes do que reúne a colaboração de artistas locais convidados a reinterpretar do ponto de vista do presente e a partir de alguns eixos temáticos, os acontecimentos do passado, oportunizando pela sensibilidade e pelo conhecimento, um posicionamento das pessoas que participaram de sua elaboração, assim como de seus visitantes. A instituição também possui espaços e promove exposições de curta duração

que dialogam tanto com a exposição permanente como com temáticas sociais e políticas do tempo presente, como exemplifica, a exposição temporária (Figura 6) recentemente instalada, que trata da luta contra a violência institucional e pelos direitos humanos, intitulada: *No archivar. Deudas de la democracia, violencia institucional y derechos humanos*.

Figura 6: *No archivar. Deudas de la democracia, violencia institucional y derechos humanos*.



Fonte: <https://www.facebook.com/MuseodelaMemoria>

O *Museo de la Memoria* de Rosário foi fundado em 1998 para “Promover el acceso al conocimiento y la investigación sobre la situación de los derechos humanos y la memoria social y política en nuestra región, en el país y en Latinoamérica” (MUSEO DE LA MEMORIA, 2022, n. p.). O prédio onde o museu está instalado, desde 2010, foi, no passado, a sede do *Comando del II Cuerpo de Ejército*, não foi um local de cárcere clandestino, mas de onde se coordenava a repressão, em que as decisões eram tomadas, unidade a qual estavam subordinados cerca de 16 centros clandestinos de detenção.

O museu disponibiliza conteúdos e informações, possui cursos de formação continuada de educadores, possui biblioteca, centro documental, área educativa, centro de estudos, articulação territorial e serviço de orientação jurídica. O museu tem sido referência não só pelo seu pioneirismo na América Latina, mas sobretudo por representar uma nova concepção museológica em que o museu é bem mais que exposições, é um espaço de investigação e de questionamentos.

2.2. Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos - Paraguai

Em 1992, Martín Almada (que aparece na Figura 1) descobriu, em uma delegacia, os documentos da repressão, da tortura e da articulação em torno do *Plano Condor*, conhecidos como *Archivo del Terror*. A descoberta desses documentos possibilitou trazer a público o conhecimento sobre as violações aos direitos humanos no Paraguai e em diversos outros países, tendo início às demandas por transformar o espaço utilizado pela *La Técnica* em um museu de/das memórias. Assim, com objetivos educacionais, culturais e científicos, por iniciativa da *Fundación Celestina Pérez de Almada*, em 2005, na antiga sede de *La Técnica*, foi inaugurado o *Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos* no Paraguai, que, hoje, possui exposições, área de pesquisa e documentação e espaço para a realização de atividades educativas e de reparação histórica e social.

Figura 7: Expografia de longa duração do *Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos*.



Fonte: <https://www.facebook.com/museomemorias.derechoshumanos>

A visita a um lugar, utilizado no passado para o encarceramento e a tortura, considerado hoje como um sítio histórico, é a experiência que norteia o visitante na exposição de longa duração do museu de/das memórias instalado em Asunción, no Paraguai. A exposição permanente do *Museo de las Memorias: Dictadura y Derechos Humanos de Assunção* reproduz como seria aquele espaço quando era utilizado como cela (Figura 7) de um centro clandestino de detenção e tortura pela ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai.

Assim, a instituição museológica está instalada no prédio onde foi a sede da *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos del Ministerio del Interior (La Técnica)*, criada em 1956 para controle dos inimigos da doutrina de segurança nacional. A instituição possui centro de documentação, realiza atividades de pesquisa e de extensão, possui um auditório onde realiza encontros e formações, dentre outros serviços disponibilizados.

2.3. Museo de la Memoria de Montevideu - Uruguai

O *Centro Cultural Museo de la Memoria* foi criado em 2016, em Montevideu, e conta com exposições permanentes, temporárias e itinerantes, atividades culturais, acadêmicas e educativas e reúne documentos e objetos para representar a resistência do povo uruguaio. Em 2021, foi inaugurado também uma versão digital²⁷ para visitação, na qual   possível visitar as principais exposi oes permanentes. As imagens que seguem (Figura 8) registram a visita o da *Galer a C rceles*, sendo a da esquerda de uma visita o presencial em 2018, e a da direita a visita o virtual em 2022 da mesma exposi o no museu virtual.

Figura 8: Visita o presencial e virtual a exposi o *Galer a C rceles*



Fonte: Acervo do autor.

O prédio em que está instalado o *Centro Cultural Museo de la Memoria*, a quinta de Máximo Santos, não foi um lugar de cárcere ou de tortura na última ditadura civil militar no Uruguai. Máximo Santos foi um representante do militarismo e ditador, no período do século XIX, seu parque   o único expoente do século XIX e   considerado monumento histórico nacional. Assim, a opulência que resultou da explora o e do desrespeito aos direitos humanos, no passado, passa por uma ressignifica o, integrando as suas belas paisagens e arquitetura às expografias que retratam não somente a dor e o sofrimento dos anos tormentosos, mas sobretudo a resistência em um espaço que tem a missão de “promover os Direitos Humanos e a Memória da luta por liberdade, pela democracia e pela Justiça Social” (MUSEU DE LA MEMORIA, 2006, p. 1).

²⁷MUMEVIRTUAL está disponível em <https://mumevirtual.com/>

2.4. Museo de la Memoria y Derechos Humanos - Chile

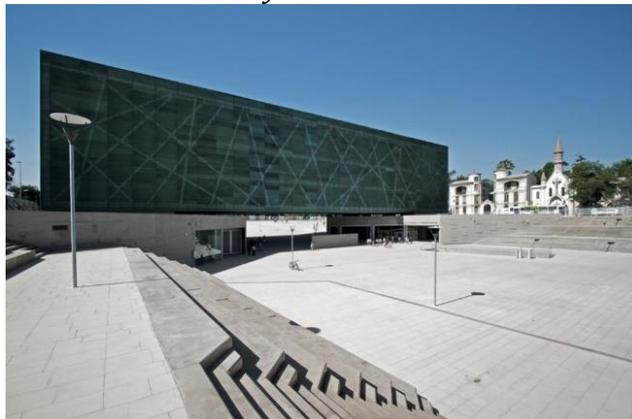
O *Museo de la Memoria y Derechos Humanos* foi inaugurado em Santiago, no Chile, no ano de 2010, pela então presidente da república, apresentado como:

[...] un espacio destinado a dar visibilidad a las violaciones a los derechos humanos cometidas por el Estado de Chile entre 1973 y 1990; a dignificar a las víctimas y a sus familias; y a estimular la reflexión y el debate sobre la importancia del respeto y la tolerancia, para que estos hechos nunca más se repitan (FUNDACIÓN MUSEO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS, 2022, n. p.).

Instalado em um prédio moderno em meio a um bairro histórico, composto também por uma rampa de acesso, praça da memória e pátio jardim, o *Museo de la Memoria y Derechos Humanos*, que tem as dimensões culturais, educativas e de reconstrução da memória como seus eixos norteadores, está situado em um projeto de espaço público (Figura 9). O contraste pode ser entendido como uma memória que se impõe por um espaço moderno e, por isso, que se destaca e modifica a paisagem urbana, afirmando e impondo sua presença e, dessa forma, sua importância.

Não entraremos nas discussões conceituais entre o antigo e o novo na arquitetura, tampouco temos conhecimento apropriado sobre o impacto que uma construção como essa tem no conceito de cidade ou mesmo de centro histórico em uma grande metrópole como Santiago, mas é necessário destacar o que é evidente, os perigos da relação entre memória e lugar.

Figura 9: *Museo de la Memoria y Derechos Humanos* e Centro Matucana.



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-715/museu-da-memoria-estudio-america>

Como instituição museológica não há dúvidas do seu pioneirismo na América do Sul e a sua importância não só ao dar visibilidade às graves violações cometidas pelo

Estado, mas também em trazer a dimensão universal dos direitos humanos e a necessidade constante de sua promoção. Entretanto, muitas reportagens sobre o museu, destacam-no como “o maior museu sobre uma ditadura militar” e, nesse sentido, ser o maior apenas por estar em uma construção exuberante e imponente pouco o qualificaria.

Porém, o *Museo de la Memoria y Derechos Humanos* é muito mais do que a elevação da memória pelos seus mais de 5 mil metros quadrados de construção, é um lugar de exposições permanentes e temporárias, de pesquisa histórica, de conservação e preservação documental, de atividades culturais, de educação e formação continuada, possui biblioteca, arquivo, dentre outros setores.

2.5 – Museo Sítio de Memória ESMA – Argentina

O quinto museu de/da memória criado no Cone Sul foi o *Museo Sitio de Memoria ESMA*, criado pelo governo da Argentina, em 2015, em Buenos Aires. Segundo museu de/da memória no país e segunda instituição nacional da região, e último criado até então, resulta como um projeto de consenso entre os membros que dirigem o organismo público para a recuperação, manutenção e visitação ao sítio de memória *ex-Casino de Oficiales*. Integrando representantes do governo nacional, da Cidade Autônoma de Buenos Aires e de organismos de direitos humanos, o *Museo Sitio de Memoria ESMA* foi criado para com a finalidade de “difundir e transmitir [...] os acontecimentos para as vítimas do Terrorismo de Estado, ocorridos no âmbito físico de sua detenção; assim como seus antecedentes e suas consequências” (ARGENTINA, 2015, n. p., tradução nossa).

Figura 10: *Casino de Oficiales - Ex. Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio de la Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA)* .



Fonte: Acervo do autor.

O *Museo Sitio de Memoria ESMA* está localizado em um prédio onde foi o cassino dos oficiais do Ex. *Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio de la Escuela de Mecánica de la Armada* (Figura 10), um prédio que no período de 1976 a 1983 foi utilizado como centro clandestino de detenção, de tortura e de extermínio. O local é um sítio histórico nacional (Decreto Nacional n. 1.333/2008) e prova judicial em diversos processos individuais e coletivos. O *Museu Sítio de Memoria ESMA* foi reconhecido pela UNESCO e incluído na Lista de Patrimônio Mundial, em setembro de 2023, durante a conferência realizada na Arábia Saudita.

Considerações Finais

Como um texto para apresentação e debate no *I Seminário Internacional Naturezas e Fronteiras e VII Seminário de Pesquisa do PPGH/UFPEL - História em Debate*, o presente trabalho foi um panorama sobre essas instituições museológicas no Cone Sul de forma a trazer a temática para a discussão. Assim, procuramos dar a conhecer o contexto de fundo que se refere ao Cone Sul e à articulação de inteligência e repressão do que conhecemos tardiamente como *Plano Condor*, o que nos enfatiza não somente as similitudes desses regimes nos diferentes países, mas também de seus resquícios na atualidade.

A partir disso, embora cada país da região possua políticas de memória próprias, em maior e/ou menor enfrentamento das suas causas e origens, a partir da demanda e da implementação de museus de/da memória, é possível também compreender a necessidade de discutir as consequências do autoritarismo de Estado para as nossas democracias que o sucederam, e que assim, o medo, as apatias, dentre outros sintomas, representam a continuidade desse processo de despolitização da vida e ação humana.

Assim, os museus de/da memória no Cone Sul podem ser entendidos como um trabalho/elaboração/superação do passado a partir da memória contra os resquícios do autoritarismo e das graves violações cometidas pelo Estado e de sua articulação no *Plano Condor*. O delineamento dessas instituições possibilita-nos compreendê-las como um conceito em aberto, e como uma política pública de memória híbrida, pois é, ao mesmo tempo, simbólica, reparatória e de justiça. Permitiu-nos, ainda, compreender a necessidade de reconhecimento das vítimas e seus familiares, também, de como tais regimes de exceção atingiram as relações de reciprocidade e de respeito, e assim, a sociedade como um todo.

Nesse sentido, perpassamos a título de conhecimento e não de aprofundamento neste trabalho, cinco instituições museológicas que se denominam museus de/da memória que são distintas em suas epistemologias e escolhas expográficas, mas que na articulação e no diálogo para além-fronteiras, possibilitam uma compreensão e um enfrentamento desse passado que não passa em diálogo com as atuais questões, tais como, o *continuum* da violência policial, o racismo estrutural, dentre outras.

Ainda, percebemos que mesmo que se fale há tanto tempo no Brasil de um museu de/da memória, ainda somos o único país do Cone Sul onde não há uma instituição museológica como política pública que se proponha ao enfrentamento dos resquícios de nossa última ditadura civil-militar e que seja uma promessa do Estado com a sua não repetição. Sem dúvidas, a história recente do país ajuda-nos a compreender o porquê tais políticas públicas, embora demandadas, não tenham saído do papel.

Desta forma, o delineamento dos museus de/da memória no Cone Sul possibilita-nos por um lado entender a demanda e as possibilidades que esta política pública de memória oportuniza, mas, por outro lado, poderá também potencializar as discussões a partir de seus acertos e equívocos. Recentemente, tem ressurgido no Brasil a discussão sobre a criação de instituições museológicas como respostas do Estado a eventos traumáticos de seu passado recente.

Nesse contexto, discute-se a criação de um museu de memória, de um museu/memorial para as vítimas da covid-19, de um museu/memorial da democracia, e sobre a retomada ou não do emblemático memorial a anistia, dentre outras propostas. Importa-nos trazer para a discussão o fato de que o Brasil é o único país do Cone Sul que não possui um museu de/da memória como política pública de memória. Importa, ainda, destacar que a criação de um museu de/da memória em Brasília foi uma das recomendações da Comissão Nacional da Verdade, em seu relatório final, para a preservação das graves violações de direitos humanos no país.

Passados quase 10 anos da entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade à Presidência República, e de quase nenhuma implementação das suas recomendações pelo Estado brasileiro, talvez seja um momento histórico oportuno para a sua retomada, sobretudo pelo que eventos como o 8 de janeiro de 2023 representam para as instituições da República. Enfim, se teremos ou não um museu de/da memória no Brasil é ainda uma especulação e uma esperança, mas se o tivermos importa que seja construído a partir da participação popular plural, e que não seja a cópia de outros

projetos por mais acertos que eles possuam, ou seja, que seja também uma oportunidade de diálogo e de debate da sociedade brasileira a partir da tentativa de superação dos resquícios do passado recente e de abertura para tempos vindouros, com ênfase no restabelecimento das relações de reciprocidade e de respeito.

Referências

ARGENTINA. Decreto Nacional n. 1.133, del 15 de junio de 2015. **Boletín Oficial**, Buenos Aires, 23 jun. 2015. Disponível em: <http://www.saij.gob.ar/1133-nacional-creacion-museo-sitio-esma-ex-centro-clandestino-detencion-tortura-exterminio-dn20150001133-2015-06-15/123456789-0abc-331-1000-5102soterced#>. Acesso em: 14 jul. 2022.

CENTRO CULTURAL MUSEO DE LA MEMORIA (MUME). **Fundamentación y Marco Conceptual**. Montevideo: MUME, 2016. Disponível em: <https://mume.montevideo.gub.uy/> Acesso em: 15 out. 2021.

CIPDH- Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos – Categoría II Unesco. **Archivos del Terror**. Disponível em: <https://www.cipdh.gob.ar/memorias-situadas/lugar-de-memoria/archivo-del-terror/>. Acesso em: 31 out. 2023.

COORDINADORA DE DERECHOS HUMANOS DEL PARAGUAY (CODEHUPY). **Ventanas Abiertas**. Informe de la Comisión de Verdad y Justicia sobre la dictadura en Paraguay. 1954-1989. Versión esencial. Asunción: Codehupy & Fábrica Memética, 2023. Disponível em: <https://www.ventanasabiertas.org.py/>. Acesso em: 07 fev. 2023.

FUNDACIÓN MUSEO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS. **Sobre el museo**. 2022. Disponível em: <https://web.museodelamemoria.cl/sobre-el-museo/> . Acesso em: 14 abr. 2022.

KIM, Ekemar. **El Reino del Terror**: Un caso insólito vivido durante el reinado de Alfredo Stroessner, dictador de Paraguay 1954 – 1989 (Spanish Edition). Bradley & Brougham Publishing: 2016. Edição do Kindle.

MUSEU DE LA MEMORIA. **El museo**. 2022. Disponível em: <https://www.museodela memoria.gob.ar/page/elmuseo>. Acesso em: 14 abr. 2022.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Outubro de 1975 - Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional**. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB239b/PDF/19751000%20Primera%20reunion%20de%20Trabajo%20de%20Inteligencia%20Nacional.pdf> Acesso em: 31 out. 2023.

SERRA PADRÓS, Enrique; História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, vol. 1, núm. 1, enero-junio, 2009,

pp. 30-45 Universidade do Estado de Santa Catarina Florianópolis, Brasil. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/3381/338130370010.pdf>. Acesso em 31out. 2023.

Capítulo 3
**O CENTRO HISTÓRICO COMO ESPAÇO EDUCATIVO:
DIFERENTES PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PIRACURUCA - PIAUÍ E
VIÇOSA DO CEARÁ - CEARÁ**
Flaviano Oliveira dos Santos
Milca Fontenele de Sousa

O CENTRO HISTÓRICO COMO ESPAÇO EDUCATIVO: DIFERENTES PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PIRACURUCA - PIAUÍ E VIÇOSA DO CEARÁ - CEARÁ

Flaviano Oliveira dos Santos

Professor do componente curricular de História na Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE) e Mestrando do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA (UESPI). E-mail: flavianoliveira100@hotmail.com

Milca Fontenele de Sousa

Professora do componente curricular de História na Secretaria de Educação do Estado do Piauí (SEDUC-PI) e Mestranda do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA (UESPI). E-mail: milcafontenele@hotmail.com

RESUMO

Comunicamos duas propostas de trabalho em andamento no Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional, em Ensino de História da Universidade Estadual do Piauí (ProfHistória - UESPI), sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Áurea da Paz Pinheiro - Universidade Federal do Piauí (UFPI) | Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), com objetivos de indicar alternativas para o Ensino de História. Nossas reflexões são reflexos de nossa prática docente, que envolve patrimônio cultural, ensino de História e Educação Patrimonial. O uso do patrimônio cultural nas aulas de História é profícuo no processo de ensino-aprendizagem, seja em espaços formais como não-formais, de forma a privilegiar o cotidiano dos educandos, potencializar experiências, vivências com as memórias e histórias do lugar, construir uma consciência crítica e cidadã, ativa, diante dos desafios contemporâneos que atravessam o patrimônio cultural como possibilidade de afirmação de identidades. Propomos dialogar sobre pesquisa-ação que estamos a desenvolver nos conjuntos históricos tombados das cidades de Viçosa do Ceará, no Ceará (2003), e Piracuruca, no Piauí (2012), urbes reconhecidas como patrimônio cultural nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em um processo de patrimonialização recente e que engloba a região nordeste do Brasil. As cidades foram escolhidas por apresentarem elementos em comum, que

permitem entender o contexto no qual foram patrimonializadas, em especial características históricas de suas edificações, que resistem há séculos e que privilegiam as contribuições europeias na formação das cidades. Na condição de educadores da escola básica desses Estados, discutimos os processos de acautelamento dos Conjuntos, com ênfase nos problemas de conservação após a patrimonialização. Destacamos, sobretudo, estudos e intervenções para construir com a comunidade escolar estratégias de Educação Patrimonial, para aproximar a comunidade de seus patrimônios. Neste sentido, a implementação de atividades de ensino que considerem o patrimônio cultural como elemento da história da cidade e por conseguinte como integrante da história dos estudantes é entendida como prática importante para a construção do conhecimento histórico e o reconhecimento dos educandos enquanto sujeitos produtores de conhecimento, leitores críticos de suas realidades.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Educação Patrimonial; Ensino de História; Centro Histórico.

ABSTRACT

We communicate two proposals for work in progress in the Postgraduate Program, Professional Master's Degree, in History Teaching at the State University of Piauí (ProfHistória - UESPI), under the guidance of Prof. Dr. Áurea da Paz Pinheiro - Federal University of Piauí (UFPI) | Federal University of Delta do Parnaíba (UFDPAr), with the objective of indicating alternatives for History Teaching. Our reflections are reflections of our teaching practice, which involves cultural heritage, History teaching and Heritage Education. The use of cultural heritage in History classes is beneficial in the teaching-learning process, whether in formal or non-formal spaces, in order to privilege the daily lives of students, enhance experiences, experiences with the memories and stories of the place, build a active, critical and civic awareness in the face of contemporary challenges that permeate cultural heritage as a possibility of affirming identities. We propose to talk about action research that we are developing in the listed historical complexes of the cities of Viçosa do Ceará, in Ceará (2003), and Piracuruca, in Piauí (2012), cities recognized as national cultural heritage by the National Historical and Artistic Heritage Institute, in a recent heritageization process that encompasses the northeast region of Brazil. The cities were chosen because they have elements in common, which allow us to understand the context in which they were patrimonialized, in particular the historical characteristics of their buildings, which have survived for centuries and which privilege European contributions to the formation of cities. As basic school educators in these States, we discussed the processes of safeguarding the Complexes, with an emphasis on conservation problems after patrimonialization. We highlight, above all, studies and interventions to build Heritage Education strategies with the school community, to bring the community closer to its heritage. In this sense, the implementation of teaching activities that consider cultural heritage as an element of the city's history and therefore as part of the students' history is understood

as an important practice for the construction of historical knowledge and the recognition of students as knowledge-producing subjects critical readers of their realities.

Keywords: Cultural heritage; Heritage Education; Teaching History; Historic center.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é constituído através do diálogo entre dois projetos de dissertação desenvolvidos junto ao Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) que abordam a Educação Patrimonial e o Ensino de História a partir dos centros históricos das cidades de Piracuruca - Piauí e Viçosa do Ceará - Ceará. As pesquisas apresentam como objetivo comum propor alternativas para o Ensino de História nessas cidades a partir de seus patrimônios culturais.

A implementação de atividades de ensino que considerem o patrimônio cultural como elemento da história da cidade e, por conseguinte, como elemento integrante da história dos estudantes é entendida como aspecto importante para o reconhecimento dos mesmos enquanto sujeitos produtores de conhecimento.

A partir da discussão sobre a relação entre o Ensino de História e o patrimônio cultural, apresentamos a seguir reflexões para serem levadas em consideração em ações que trabalhem com os centros históricos enquanto espaços de memória e compostos por bens patrimoniais, representativos da trajetória histórica e da identidade de suas comunidades.

ENSINO DE HISTÓRIA EM CENTROS HISTÓRICOS: O CONTATO COM OUTROS TEMPOS

A percepção sobre a importância da educação patrimonial esteve presente em documentos, iniciativas e projetos desenvolvidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde sua criação, em 1937 (BRASIL, 2014, p. 7). Contudo, as práticas educacionais junto ao patrimônio estiveram por muito tempo relacionadas a função conservacionista e difusora de um “passado hegemônico”, predominantemente ligado a referências europeias, representado na maioria das vezes através do patrimônio

constituído em “pedra e cal”, bens imóveis selecionados em prol da construção de uma identidade nacional.

As concepções atuais do campo da educação patrimonial têm entre suas premissas o diálogo com o patrimônio a partir das referências culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, assim como expresso no art. 216 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Objetivando compreender o patrimônio cultural e a realidade da qual faz parte segundo a pluralidade de valores, sentidos e funções, as ações de educação patrimonial buscam possibilitar a reflexão e ação dos diferentes sujeitos em meio ao seu patrimônio. Independente da tutela pelos órgãos governamentais, através das formas de reconhecimento e proteção previstas, o patrimônio é entendido de forma abrangente e diz respeito tanto aos bens que são acautelados como aos que são indicados e reconhecidos pela comunidade como elemento de referência cultural e da identidade dos sujeitos.

Componente do presente, o patrimônio cultural é elemento de reflexão de inúmeras áreas de saber e tem seu campo de reflexões ampliado constantemente. Desta forma, o caráter interdisciplinar permite a possibilidade de múltiplas abordagens a partir de um mesmo bem cultural.

No que se refere ao campo de saber da História e do Ensino de História, o patrimônio cultural surge como elemento de reflexão do processo histórico e das ações do ser humano nas múltiplas temporalidades e espacialidades. Para além dessa perspectiva, abarca ações de cidadania, sentimentos de pertencimento e interação família-escola.

Pensando na potencialidade da integração do patrimônio cultural e de espaços patrimonializados nas aulas de História é que tratamos dos centros históricos de Piracuruca e Viçosa do Ceará. Reconhecidas como patrimônio cultural nacional pelo IPHAN, apresentam particularidades em relação ao seu processo de patrimonialização, assim como evidenciam em seu cotidiano diferentes interpretações sociais em relação ao seu patrimônio. Juntamente às particularidades, as realidades de Piracuruca e Viçosa do Ceará também apresentam semelhanças, permitindo-nos o desenvolvimento de um diálogo produtivo sobre os modos e desafios de ensinar e aprender História em diferentes espaços de memória.

Piracuruca está localizada no norte do estado do Piauí, distante 204 quilômetros da capital Teresina, com população de 28.453 habitantes segundo dados do IBGE (2023). O município apresenta muitas potencialidades econômicas, devido principalmente à sua riquíssima biodiversidade natural, possibilitando a cajucultura, apicultura, piscicultura, extrativismo da cera de carnaúba. No entanto, quando falamos de economia não podemos deixar de mencionar a importância da agricultura de subsistência, hoje com abertura para o agronegócio.

Em 2013, o Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca foi tombado pelo IPHAN sob a perspectiva de um tombamento em rede envolvendo as cidades piauienses de Piracuruca, Parnaíba e Oeiras. Assim, essas cidades tiveram seus conjuntos urbanos tombados a partir da consideração de uma narrativa em comum: a ocupação e povoamento do interior do Piauí por meio da pecuária. Desta maneira, seu tombamento deve ser entendido e pensado de forma individual e relacional na lógica que forma esta “rede” de cidades que em conjunto apresentam um sentido, narram uma história.

Segundo Lopes (2020, p. 183) a proposta do tombamento dos conjuntos urbanos em rede é “compreendê-los de forma relacionada com o espaço onde estão inseridos e com outros bens que complementam seu significado e ampliam seu valor.” Nesse sentido, o dossiê de tombamento de Piracuruca deixa claro que “[...] o que se busca com o tombamento de Piracuruca não é apenas preservar o acervo arquitetônico, mas um espaço urbano privilegiado e pleno de significados”. (IPHAN, 2008, p.5).

Dentre os bens que compõem o conjunto urbano de Piracuruca, tem-se a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (figura 1), construída entre 1718 e 1743, e tombada isoladamente em 1940. Atualmente, integra o Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca, servindo de elo entre diferentes grupos sociais e narrativas históricas que perpassam as camadas de tempo.

Figura 1 - Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Piracuruca (Piauí).



Fonte: o autor, 2023.

Assim como Piracuruca, a cidade de Viçosa do Ceará também tem o reconhecimento do seu conjunto histórico relacionado a sentidos e razões que ultrapassam os limites do município. Localizada na região noroeste do estado do Ceará, na Serra da Ibiapaba, fazendo limite com o estado do Piauí, a primeira cidade da Serra da Ibiapaba tem sua trajetória intimamente ligada às comunidades indígenas que habitavam a região e ao processo colonizador empreendido pelos povos europeus na região, principalmente os portugueses.

Reconhecido pelo IPHAN em 2003 como patrimônio cultural nacional, o “Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa do Ceará”, localizado na sede do município, é composto por uma poligonal de proteção que demarca a área de surgimento da cidade juntamente com prédios que dialogam com esta área, com centralidade para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção. Na imagem a seguir (figura 2) é possível visualizarmos a praça Clóvis Beviláqua inserida na poligonal de proteção, com destaque

na estátua em homenagem ao jurista e mais ao fundo a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.

Figura 2 - Praça Clóvis Beviláqua, Viçosa do Ceará.



Fonte: Festival MI - Música da Ibiapaba, 2023.²⁸

O processo que resultou no tombamento do conjunto histórico de Viçosa do Ceará está inserido em um movimento de alargamento e descentralização dos bens reconhecidos pelo IPHAN enquanto patrimônio cultural. Lopes (2022) denomina este movimento como uma ação de representatividade regional ocorrida no estado do Ceará durante as décadas de 1990 e 2000 com os tombamentos de conjuntos históricos nas cidades de Icó, Sobral e Viçosa do Ceará. Os conjuntos das três cidades são valoradas nacionalmente como testemunhas de um passado em específico, aquele que narra o empreendimento colonizador europeu.

Tratando-se especificamente de Viçosa do Ceará, o seu conjunto é valorado nacionalmente como um dos locais no território brasileiro no qual ocorreu o processo de aldeamento empreendido por padres jesuítas, sendo este considerado o acontecimento inicial para a formação do atual município, antiga Aldeia de Nossa Senhora da Assunção.

²⁸ Disponível em: <https://festivalmi.com.br/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

Desta forma, a valoração do conjunto histórico como representante do empreendimento colonizador e da ocupação do atual território brasileiro e cearense, vincularia a cidade e seu conjunto com um momento do passado nacional considerado importante para a formação da nação. “Aquele aldeamento indígena católico, cuja fundação é datada em 1700, posicionaria esse trecho urbano do interior cearense em importante capítulo da história da ocupação colonial.” (VIANA, 2015, p. 5)

A análise do estudo de tombamento e do parecer técnico emitido permite entender o alinhamento com os outros conjuntos tombados neste movimento de regionalização. Realizado por técnicos e agentes especializados na temática, o estudo para o tombamento tem seu foco na construção da trajetória histórica do conjunto e no destaque atribuído à Igreja de Nossa Senhora da Assunção enquanto sobrevivente do tempo, vestígio material do passado.

[...] o tombamento justifica-se fundamentalmente como um meio de realçar a cidade em si, dado o peso de sua significação histórica e urbana, embora o atual acervo arquitetônico viçosense pouco ou nada tenha a ver objetivamente com as fases distantes do seu passado (salvo em reduzidas partes da Igreja Matriz). (CASTRO, 2016, p. 133).

Desta maneira, o tombamento do Conjunto Histórico e Arquitetônico de Viçosa do Ceará deve ser considerado inserido em conjunto com outros fatores como a regionalização do patrimônio cultural no Brasil e a preponderância da narrativa europeia na formação dos núcleos sociais no estado e conseqüentemente no país. Entendendo que os processos de patrimonialização acontecem fundamentados em formas de pensar constituídos por escolhas, conflitos, intencionalidades e um desejo de preservar, os mesmos acabam por vezes na naturalização de discursos e formas de ver o mundo hegemônicos, silenciando grupos que não foram considerados naquela narrativa, mas que mesmo assim ali estão.

Os processos de patrimonialização realizados pelo IPHAN a partir de 1980 ultrapassam o valor de excepcionalidade monumental e possibilitam a construção de narrativas e abordagens em múltiplos aspectos, adquirindo a conceituação de “cidade documento”, como propõe Sant’Anna (2017). Nesse sentido, os conjuntos históricos abordados neste trabalho contribuem para a construção de uma narrativa que reforça uma visão de conjunto e perpassa por diversos campos do patrimônio.

O patrimônio cultural representado nos centros históricos dessas cidades documentos podem propiciar situações de ensino enriquecedoras ao serem utilizados

como recurso didático para o processo de ensino-aprendizado proposto para o componente curricular de História, como de outros componentes que integram o Ensino Básico.

As reflexões desenvolvidas através da relação entre História e patrimônio cultural nas aulas de História têm grande potencialidade para a construção e compreensão de saberes ligados tanto à História como ao patrimônio cultural. Neste contato a Educação Patrimonial cumpre papel fundamental ao intermediar o diálogo e possibilitar a integração entre os saberes do patrimônio aos saberes históricos. Assim, entendemos a relação existente entre o Ensino de História e a Educação Patrimonial como uma via de mão dupla na qual a integração auxilia na compreensão dos dois campos.

Entendendo as possibilidades e potencialidades da integração nas aulas de História, a seguir apresentamos algumas reflexões sobre a possibilidade do diálogo entre os centros históricos e o Ensino de História.

O primeiro ponto quando da proposta de se trabalhar com o centro histórico consiste na afirmação de uma prática pedagógica presente no cotidiano docente, mas que deve ser colocada em evidência, que é o planejamento. Podendo assumir diferentes formatos, o diálogo com o centro histórico precisa ser minuciosamente pensado, ter etapas e objetivos definidos e alinhados com o momento educacional e cognitivo dos estudantes envolvidos, levando em consideração suas relações com o próprio centro histórico e com a cidade.

O planejamento bem direcionado possibilita a diminuição de imprevistos em meio aos momentos de diálogo. Sendo uma atividade que proporciona o contato com patrimônios diversos, devem ter etapas que delimitam ações antes, durante e depois do contato dos estudantes com os bens culturais (OLIVEIRA, 2022, p. 31), sejam os reconhecidos pelo governo ou os que não receberam tal chancela.

Sendo assim, a proposta deve ser pensada em processo e de forma integrada com o meio, sendo necessário tempo pedagógico adequado para alcançar os objetivos estabelecidos, pois o desenvolvimento de temas relacionados com memória, patrimônio, história local e identidade exige tempo, não podendo ser algo pontual, ou uma prática que tenha apenas uma finalidade ilustrativa.

Os alunos precisam de tempo para aprenderem a ler objetos, tal como para ler textos, e conhecer os princípios básicos da sua análise. Desta forma, os alunos não só desenvolvem competências para interpretar

um sítio, edifício ou objeto, mas também as podem aplicar a outros objetos ou locais de interesse histórico. (PINTO, 2016, p. 60)

O processo como um todo deve ser pensado de modo que instigue a curiosidade dos estudantes, incentivando-lhes a ação de questionar, interpretar, estranhar e construir suas próprias reflexões a partir da experiência individual e coletiva com o centro histórico. O professor neste processo não pode assumir o papel de detentor do saber, mas deve sim, planejar e entender o seu papel enquanto mediador e partícipe do processo educacional proposto.

O processo deve ser pensado de modo que instigue o envolvimento e a autonomia dos estudantes. Desta forma, no contato com o centro histórico e o patrimônio nele presente “é fundamental que se lhes proporcionem experiências educativas desafiantes que os levem a implicar-se no processo de aprendizagem e a desenvolver a sua capacidade de reflexão crítica.” (PINTO, 2022, p. 2).

Além de constituir uma oportunidade de estreitar laços entre escola e cidade, e principalmente com as pessoas que habitam a cidade, o diálogo com o centro histórico constitui-se também como uma ação que incentiva a expressividade dos estudantes e a construção de saberes sobre os múltiplos espaços e temporalidades.

O patrimônio cultural, o conjunto histórico e todos os seus elementos estão ligados com o cotidiano dos estudantes e dos professores, fator que faz da análise do conjunto histórico uma ação de aprimoramento da leitura de mundo pelos participantes. Neste processo os estudantes são encorajados a explorar as diferentes formas de ver e entender a realidade, como também a expressá-la a partir de seu ponto de vista.

Propostas que aproximem os estudantes de bens materiais e imateriais, para além do livro didático e da exposição em sala de aula não acontecem com a frequência e o tempo que os docentes gostariam de dispor. Assim, o incentivo à expressividade por meio do contato direto com o que se pode tocar, ouvir, cheirar e por vezes degustar, proporciona experiências educacionais significativas para todos os envolvidos. Neste ponto a própria atribuição de sentidos entra no diálogo e enriquece a reflexão sobre a própria ação, pois trabalhar com o patrimônio cultural no processo de ensino é desenvolver processos de significações e ressignificações que tornam o momento significativo.

No entanto, é importante pontuar que a construção da significância da ação não deve recair somente na possibilidade do contato com o patrimônio cultural. Estas ações

também são oportunidades para conhecer, identificar, questionar e refletir sobre o bem que na atualidade é considerado patrimônio e de importância para o conjunto social.

Neste sentido, o Ensino de História contribui na reflexão sobre o patrimônio cultural ao desmistificar ideias que colocam o patrimônio cultural como elementos intocáveis, soberanos e com seus sentidos em si mesmos, como se tivesse sua importância atribuída desde os primórdios dos tempos. A mediação e as propostas de estudos e intervenções junto ao patrimônio cultural devem propiciar a percepção de que o patrimônio é plural em sentidos, narrativas e funcionalidades. O mesmo não é constituído a priori, um bem cristalizado e imutável que faz referência unicamente aos “grandes” acontecimentos e personagens da sociedade.

O campo do patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de disputas, negociações, intencionalidades e de poder. A diversidade e a dinamicidade do patrimônio cultural devem ser colocadas em discussão. Neste procedimento, os questionamentos sobre o que é visto e tocado passam a emergir sobre o patrimônio e devem ser apresentados. O que seria este patrimônio? Para quem? Quem decidiu? Quando? Por quê? O que ele representa? É importante pra mim? É importante para a comunidade?

Entender que o patrimônio é múltiplo é perceber as diferenças e as unidades, as hegemonias e as múltiplas perspectivas, narrativas, sentidos e também os silenciamentos. Ao trabalhar com o não-dito conseguimos alargar a percepção sobre a realidade e compreender melhor as dinâmicas que as constituem. Enquanto produto humano, o patrimônio deve ser entendido como uma construção que em determinada temporalidade foi valorado e recebeu o título de patrimônio cultural.

Ao empreender tais reflexões sobre o patrimônio cultural, o centro histórico e a cidade, os estudantes são incentivados também a entender e aplicar conceitos ligados diretamente com o campo de saber da História, conceitos estes que por constituírem-se em grande medida pela capacidade de abstração, são entendidos como de grande dificuldade. Assim, o contato com o centro histórico e com o patrimônio cultural pode constituir-se como um facilitador de conceitos e ideias que são desenvolvidas durante as aulas de História, como os conceitos de processo histórico, mudanças, permanências, diferença, desigualdade, resistência, memórias, narrativas etc.

Além disso, auxiliando na capacidade de construção de um processo temporal, movimentações entre o passado e o presente pelos estudantes, permite analisar a espessura do tempo no presente, fazendo com que os estudantes entendam a realidade a

partir da diversidade temporal pela a qual é constituída. Enquanto local de materialidade do passado, o centro histórico auxilia na reflexão do presente, construindo elos entre o individual e o coletivo, entre as memórias ditas e as não-ditas, colaborando na construção das reflexões dos estudantes sobre a vida.

Aproximando-se da realidade local, as reflexões desenvolvidas junto ao centro histórico e ao patrimônio cultural possibilitam também a análise de outras escalas da vida, outras espacialidades e temporalidades. O reconhecimento e compreensão do seu local de vivência e de seus significados abastece os estudantes com um conjunto de saberes que os tornam capazes de refletir sobre outras realidades, envolvendo espaços maiores ou menores do que o centro histórico. Neste processo, os mesmos analisam situações que ora trazem à tona semelhanças com a sua realidade, ora evidenciam a diferença e as particularidades. Assim, a percepção do outro é desenvolvida e o mundo é transformado a partir do entendimento de sua constituição plural.

Por fim, a proposta de integrar o centro histórico nas aulas de História atende diretamente tanto a um dos objetivos presentes tanto na Educação Patrimonial como no Ensino de História: a reflexão sobre as pessoas.

Desde os momentos prévios até o momento de avaliação das ações, as pessoas enquanto produtoras de significados, atuantes e detentoras da produção cultural, devem estar presentes nas reflexões. Deste modo, mesmo detendo atenção a aspectos materiais que à primeira vista podem representar uma pausa no tempo e um distanciamento do bem patrimonial em relação à comunidade, as ações devem propor a reflexão sobre a sociedade que com aquele espaço tem, teve ou terá contato.

Fazer pensar a sociedade, as pessoas, este é um ponto que não pode ser negligenciado. Além de refletir sobre, ainda é possível envolver a comunidade na própria reflexão, seja com propostas de inventários, entrevistas, documentários, pesquisas de opinião pública, propostas de intervenções no espaço, dentre outras estratégias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações educativas que podem ser realizadas em centros históricos são inúmeras e não estão restritas apenas ao Ensino de História. Entender as questões existentes nesses espaços de memória junto às reflexões e aprendizagens que podem ser desenvolvidas é essencial para ações significativas e em diálogo com a realidade. Após o contato, tanto o

espaço como as pessoas não serão mais as mesmas. Novos sentidos ali estarão presentes, e aquele local que anteriormente teria como referência principal um passado glorioso de grandes acontecimentos, agora será entendido com base na multiperspectividade, dialogando principalmente com a comunidade do presente.

O processo de ensino-aprendizagem que envolve o patrimônio cultural e os conhecimentos históricos têm o objetivo principal de refletir sobre e para a vida. Os pensamentos que invertem essa ideia são perigosos e devem ser discutidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003. 386p.

CASTRO, José Liberal de. Trecho Urbano de Viçosa do Ceará. In: REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.); FINGER, Anna Elisa (Org.). **Pareceres do Conselho Consultivo: cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos**. Brasília: IPHAN, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Piracuruca**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/piracuruca.html>. Acesso em: 18 ago. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 24 ago. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII: Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca**. Dossiê de tombamento. Teresina: IPHAN/PI, 2008.

LOPES, Daniel Barreto. Conjuntos Urbanos Tombados no Ceará: a atribuição de valor de testemunho histórico como uma escrita do patrimônio (1978-2003). **ESPACIALIDADES**, v. 18, p. 118-142, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/28978/16438>. Acesso em: 07 jun. 2023.

LOPES, Daniel Barreto. Conjuntos Urbanos Históricos e Paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca: reflexões a partir de uma escrita do patrimônio no Piauí. 2020, **Revista Escripturas**, v. 4, n. 1, p. 178-196.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O aprendizado da História por meio do patrimônio cultural. **INTERAÇÕES**, v. 23, p. 19-33, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/inter/a/5fTCg7vdhKtwKqBJscX8BHh/abstract/?lang=pt> .
Acesso em: 12 fev. 2023.

PINTO, Helena. Os Centros Históricos como laboratórios de Educação Histórica e Patrimonial. **História Hoje**, v. 5, n. 9, p. 49-75, 2016. Disponível em:
<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/233> . Acesso em: 10 mar. 2023.

PINTO, Helena. A educação patrimonial num mundo em mudança. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 43, 2022, p.1-14. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/rn7z7jtnh3rx7kksLvHrjmf/#> . Acesso em: 16 fev. 2023.

SANT'ANNA, Márcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 35. Brasília: IPHAN, 2017.

VIANA, Monalisa F. Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa do Ceará: sobre a produção de um patrimônio cultural. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015. Disponível em:
http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439785411_ARQUIVO_Monalisa_FreitasViana_ArtigoAnpuh_SC.pdf . Acesso em: 08 mar. 2023.



Capítulo 4
FEMINISMO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO
HISTORIOGRÁFICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
CAMPO DA HISTÓRIA DAS MULHERES
Jéssica de Lima Silva

FEMINISMO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO HISTORIOGRÁFICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DA HISTÓRIA DAS MULHERES

Jéssica de Lima Silva

*Mestranda em História pelo programa de Pós-graduação em História da Universidade
Estadual de Goiás – Campus Morrinhos-GO. Email-jessicalimaf2@gmail.com*

RESUMO

Ao observar a trajetória da história nota-se a predominância dos homens como principais personagens dos fatos históricos e ao mesmo tempo esta não preocupou de incluir as mulheres em sua narrativa. Até o século XVIII se questionava se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se assemelhavam aos animais irracionais. Foi apenas no final do XIX que elas puderam ter reconhecido seu direito à educação e ao mesmo tempo adentrar nas universidades. Durante o século XX com o advento dos movimentos feministas e uma crise na história, debateu-se sobre as mulheres terem uma história e a partir daí surge o campo da história das mulheres.

Palavras-chave: Feminismo, epistemologia feminista, história das mulheres e historiografia.

ABSTRACT

When observing the trajectory of history, we can see the predominance of men as the main characters of historical facts and at the same time it did not bother to include women in its narrative. Until the 18th century it was questioned whether women were human beings like men or if they resembled irrational animals. It was only at the end of the 19th century that they could have recognized their right to education and at the same time enter universities. During the 20th century, with the advent of feminist movements and a crisis in history, there was a debate about women having a history and from there the field of women's history emerged.

Keywords: Feminism, feminist epistemology, women's history and historiography.

Introdução

Por muitos séculos as mulheres foram excluídas da História, tanto no campo historiográfico como no campo da memória. Com o desenrolar das lutas feministas e as discussões trazidas pelo campo da teoria da história, algumas mudanças começaram a surgir sobre a mulher na história e o desenvolvimento de conceitos que auxiliaram na criação da história das mulheres, como por exemplo o conceito de Gênero²⁹.

Se “tudo é história” como demonstrou George Sand³⁰, então por que as mulheres não eram tratadas como sujeitos históricos? De acordo com Perrot (2007) tudo dependerá da percepção que se tem da palavra “história”, sendo a história o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, ela acima de tudo é a descrição que se cria de tudo isso, ou seja, como dizia Rüsen (2010): a história é feita por interesses e ideias. Sendo assim, claramente as mulheres ficaram por muito tempo excluídas dos principais relatos históricos, como se estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento, já que não faziam parte da esfera de interesses/ideias daqueles que escreviam a história.

É assentido entre os historiadores que a historiografia que privilegia as mulheres como sujeito e objeto da história surgiu no desenrolar dos anos 1960/1970, ou seja, período em que as feministas passaram a compor os campos da academia (PERROT, 2007:19). O surgimento do feminismo trouxe a memória quanto determinante nos papéis dos gêneros³¹ na sociedade, a qual irá ser questionada e algumas mudanças começam a surgir na vida das mulheres³².

A História das mulheres é um estudo profundamente político, não há jeito de se evitar dentro desse campo os estudos das relações de poder, os sistemas de convicção e prática do conhecimento e dos processos que o produzem (SCOTT, 1992:87). São as

²⁹- Scott, Joan foi percussora ao trazer para o campo acadêmico que Gênero se trata de um indicador de “construções culturais”, ou seja, é uma forma de se referir aos papéis sociais de homens e de mulheres, 1995, p.75.

³⁰- George Sand foi o nome escolhido por Amantine Aurore Lucile Dupin. Nascida no ano de 1804, em Paris, deixou romances e trabalhos memoráveis no campo das letras do século XIX, tendo sido a primeira mulher francesa a viver de seus direitos autorais. No livro “História da minha vida” ela cria uma autobiografia pautada no *leitmotiv* de que ‘tudo é história’. Fonte: <https://obenedito.com.br/tudo-e-historia/> - Último acesso: 12/07/2022.

³¹- Scott, Joan trouxe a tona o papel da sociedade nas determinações dos padrões de gênero, ou seja, como homens e mulheres deveriam se comportar.

³²- Perrot, Michelle mostra as primeiras participações das mulheres nas Universidades. Estas começaram a ter o direito a ingressar no campo universitário durante a década de 60 e durante a década de 70 compunham quase 1/3 das matrículas nas Universidades, 2007, p.20.

revoltas políticas de massa que jogam velhos discursos no caos e fazem surgir novos e revisar os termos, como no caso do gênero, em busca de novas formas de legitimação.

A História das mulheres sacudiu a base do conhecimento histórico aspirante ao status de cientificidade, pois tanto desestruturou o palco da cena histórica encenada apenas por homens quanto propôs o surgimento do diálogo com outras áreas de conhecimento, é o que pretende-se apresentar durante o decorrer do presente trabalho.

Um dos motivos, mas de longe o principal, dessa ausência das mulheres na historiografia é o fato de que as mulheres quase não frequentavam os locais públicos (PERROT, 2007:16-17) e muito menos se envolviam com assuntos relacionados à política, logo, as mulheres era invisíveis aos olhos daqueles que escreviam a história, seja por interesses pessoais ou por tentativa de garantir a ordem das coisas:

Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranqüila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a *stasis*, a desordem. Sua fala em público é indecente. "Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão."Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno. (PERROT, 2007, p.17)

Então, por terem sido pouco vistas na sociedade, pouco se falou sobre elas. Uma das outras razões do silêncio historiográfico é o *silêncio das fontes*, pois, as mulheres deixaram poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, já que seu acesso à escrita foi tardio³³. Suas realizações domésticas são rapidamente consumidas ou descartadas. São elas mesmas que destroem ou apagam esses vestígios, porque os julgam sem nenhuma importância e não se sentiam possuidoras de honra para merecerem ser lembradas (PERROT, 2007: 17).

Não somente devido ao fato da invisibilidade feminina que seu feitos não são relatados pela história, como se sabe por muitos séculos esta foi escrita e criada pelos homens, exaltando sempre o olhar masculino sobre inúmeros fatos sociais. Evidentemente, os homens procuraram dar destaque para outros homens e até mesmo para se manterem com o velho status social que possuíam.

Neste trabalho será exposto algumas das contribuições de Rago, Perrot e Scott na historiografia dentro do campo da História das mulheres. Destacando que dentre várias

³³- A chamada Primeira onda do feminismo começaram a lutar pela educação feminina em aproximadamente 1848 e conseqüentemente em 1880 as mulheres tiveram acesso a educação.

correntes de interpretações, recuperaram-se a atuação das mulheres como sujeitos ativos e trazendo ao debate a importância do movimento feminista para tais feitos.

História das mulheres

Como se sabe a história na maior parte de sua trajetória dedicou-se a contar os feitos dos homens e ao se referir as mulheres era a partir do olhar masculino. Logo, a história das mulheres é uma história recente, pois até o século XIX não se pensava nas mulheres como personagens ativos na história. Durante a década de 60 as mulheres quiseram contar a sua história, olharam para trás e viram que não há tinham e o pouco que havia eram apenas uma representação do olhar dos homens. Por isso, falar do feminino é falar das representações que foram mascaradas³⁴ ao longo da História (COLLING, 2004: 31).

Os historiadores hierarquizaram a História – o masculino aparecendo sempre como superior ao feminino. A universalidade do “eles” mascarou o privilégio masculino, aparecendo como uma neutralidade sexual dos sujeitos. (COLLING, 2004, p.31)

Carole Pateman (1993)³⁵ certifica que existiu um contrato sexual antes do contrato social, o qual definiu que as mulheres seriam contidas na esfera privada, sendo vistas como politicamente irrelevantes e os homens atuariam no público, lugar da liberdade civil, da política e do poder. Perrot (2007) também colocará à mesa essa ausência pública das mulheres e destacar como isso às afetou por longos anos contribuindo para não aprenderem a escrever a própria história.

Ao analisar a história das mulheres vemos que a interpretação da diferença sexual deve pouco à ciência e quase tudo à política e à cultura de referências como o positivismo e marxismo; a explosão da História com a Nova História (história em migalhas) e as exigências sociais com o movimento feminista. Muitas foram as descrições criadas sobre a mulher e conseqüentemente sobre o homem, descrições que se enraizaram em inúmeras culturas e ainda influenciam as sociedades atuais. As interpretações sobre a mulher que

³⁴- Colling vai afirmar que os historiadores fizeram a historiografia do silêncio, assim, a História transformou-se em um relato que se esqueceu das mulheres, não que elas não fizeram parte, mas não era “dignas” de serem eternizadas pela história.

³⁵- Em sua obra *O contrato sexual*, Pateman cria uma crítica à teoria política liberal e reinterpreta numa visão feminista os textos de autores clássicos, como Rousseau, que criaram teorias sobre o contrato social. De acordo ela, o contrato sexual é o elemento essencial para entender a formação do patriarcado.

vieram desde Aristóteles a Freud³⁶, atravessaram os tempos e fundaram a definição de homem e de mulher e em seguimento o papel que cabe socialmente a cada um (COLLING, 2004: 33).

De certo modo, não se pensava nas relações sexuais como dimensão constitutiva da vida em sociedade e como uma das definidoras de nossa forma de operar conceitualmente. A sexualidade era identificada à força instintiva, biológica e, assim, não merecia ser historicizada. (RAGO,2012, p.33-34)

Logo, a mulher acaba guardando para si mesma a naturalidade da discriminação, tornando-se difícil para ela enfrentar cara a cara a desvalorização de si mesma. Desse modo, ela acaba aceitando como natural sua condição de subordinada, enxergando-se por meio do olhar masculino, integrando e retransmitindo a imagem de si mesma construída pela cultura que a discrimina.

Em “o problema da invisibilidade” (SCOTT, 1989: 46), Joan chama atenção para uma das limitações da proposta da história das mulheres, na qual não se avançou em relação a certas questões teóricas e metodológicas fundamentais a esse tipo de estudo e de acordo com ela estas questões só começaram a ser estudadas quando as (os) historiadoras (es) passaram a perguntar *por que* e *como* as mulheres se tornaram invisíveis na história, notável em Colling e Perrot, além de outras historiadoras de mesmo período.

Segundo Carr (1978) a relação entre historiador e fatos deve ser plenamente íntima, logo ao analisar esta relação ao longo de muitos séculos, percebe-se que o homem não teve ou não quis retratar esta relação com fatos, visto que, mesmo as mulheres não frequentando os locais públicos, os homens não deixavam de conviver com elas. Ou seja, inúmeras relações entre homens e mulheres não foram de fato narradas pela história.

A relação do homem com o seu meio é a relação do historiador com seu tema. O historiador não é um escravo humilde nem um senhor tirânico e seus fatos. A relação entre o historiador e seus fatos é de igualdade e de reciprocidade.(CARR, 1978, p.52)

³⁶- Colling mostra que Aristóteles descrevia a mulher como um ser vivo de cérebro pequeno e que por isso sua expectativa de vida era inferior à do homem, tornando-se assim vista como sexo frágil. Já o Discurso Psicanalítico nasce a partir da histeria, da doença das mulheres. O discurso de Freud empresta um caráter científico à delimitação dos papéis sexuais. O sexo feminino é definido negativamente em relação ao masculino. Mulheres são homens castrados. Pela inveja da falta de um pênis, o feminino não terá senso de justiça e sofrerá de um sentimento de inferioridade.

Afinal, não se tratava apenas de um simples esquecimento das mulheres de um campo neutro e objetivo de conhecimentos, essa amnésia é estratégica e serviu para permanecer as bases patriarcais do conhecimento. A entrada da história das mulheres no campo do marxismo só foi possível porque este, ao dar sinais de esgotamento, estava sendo muito criticado, vários de seus conceitos se mostravam insuficientes e assim os marxistas partiam em busca de renovações conceituais, temáticas, de atualização. Claramente como se as mulheres fossem invisíveis ou nunca tivessem feito parte da história.

Porém, outro fator que contribuiu para a entrada das mulheres na História é trago por Michelle Perrot (2007) quando ela destaca a presença das mulheres nas universidades e que relata que muitas destas se interessaram pela história das mulheres, principalmente pela do feminismo. No entanto, continuaram marginalizadas em relação à revolução historiográfica trazida pela escola dos *Annales*³⁷. Demorou algumas gerações dos *Annales*³⁸ para que a História da mulher de fato começa-se a se desenvolver e criar seus próprios métodos de análise e pesquisa.

A Nova História (como é designada a terceira geração dos *Annales*) ampliava os seus objetos e ao mesmo tempo tachada de “esmigalhada”, porém era favorável à inovação. A Escola dos *Annales* passou a encaminhar as pesquisas da área política para o social, possibilitando estudos sobre a vida privada, as práticas cotidianas, a família, o casamento e até mesmo a sexualidade, temas estes que permitiram a inclusão das mulheres na história.

Ousada, essa escola transpôs com a velha visão da história que rodeava-se de ideias de cunho exclusivamente político e pessoal:

O advento da história das mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960 e na França uma década depois. Diferentes fatores imbricados — científicos, sociológicos, políticos — concorreram para a emergência do objeto "mulher", nas ciências humanas em geral e na história em particular. (PERROT, 2007, p.19)

³⁷- Como é chamado o núcleo constituído por Marc Bloch e Lucien Febvre em torno da revista *Annales*.

³⁸ - Burke demonstra em seu livro a respeito da escola dos *Annales* que uma das consequências da chamada “Revolução Copernicana” na história ligada ao nome de Leopold von Ranke, foi marginalizar, ou remarginalizar, a história sociocultural. Os interesses pessoais de Ranke não se limitavam à história política. Por isso, esta levou alguns anos até reformular seus métodos de pesquisa e dar voz aos esquecidos da história.

Como apresenta Perrot (2007) muitos fatores colaboraram para o estudo da mulher como objeto pela história, dentre eles temos os fatores científicos: aproximadamente durante o ano de 1970 ocorre uma renovação das questões agregadas à crise dos sistemas de pensamento (marxismo, estruturalismo), tem-se a modificação das alianças disciplinares e à valorização da subjetividade. A história aliou-se à antropologia e redescobre a família e incidentalmente colocou a questão das mulheres como sujeitos.

Dentro dos fatores sociológicos, Perrot (2007) destaca a ingressão das mulheres nas universidades: como estudantes elas representam quase um terço das matrículas no ano de 1970 e como docentes depois de terem sido “indesejáveis” por muito tempo, elas conseguiram conquistar este espaço após a Segunda, o que as manteve fora Guerra Mundial e mesmo atualmente elas compõem a maior parte dos bancos universitários no caso do Brasil segundo o Inep e o Mec³⁹.

Perrot (2007) destaca que os fatores políticos, no sentido amplo do termo, foram decisivos. O movimento de liberação das mulheres, desenvolvido a partir dos anos 1970 não visava de início à universidade e em suas metas não se incluía a história, porém, estes movimentos contavam com o apoio de mulheres intelectuais, principalmente de leitoras de Simone de Beauvoir. Esse movimento trouxe mudanças no saber e foi em busca de ancestrais e legitimidade, desejando encontrar vestígios e torná-los visíveis, assim começou um “trabalho de memória” que continua a fortalecer-se desde então. Assim surge a vontade de um outro relato e ao mesmo tempo uma outra história.

Aos poucos esse movimento teve ambições mais teóricas e pretendiam criticar os saberes elaborados, que foram estipulados como universais não obstante de sua condição predominantemente masculina. Scott (1990) demonstra, em seus ensaios, preocupação em tratar as relações entre mulheres e homens a partir de uma visão que faça com que estes sujeitos não sejam vistos em separados, no sentido de serem analisados com desigualdade. De acordo com ela o caminho que se estava seguindo, ou seja, o de mostrar novas informações sobre as mulheres no passado, pensando que com isso conseguira-se “equilibrar a balança”, não estava ajudando neste projeto, pois, não davam-se importância

³⁹- O público feminino é maioria no Ensino Superior brasileiro. Em 2020, 838.152 mulheres ingressaram em uma universidade e 518.339 concluíram a graduação contra, respectivamente, 668.996 e 359.890 homens. Os dados, divulgados em fevereiro de 2022, são do Censo da Educação Superior 2020, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Ministério da Educação (MEC). Acesso: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/conteudo-publicitario/2022/03/presenca-feminina-no-ensino-superior-veja-dados-cl0qztnlz00260165ab1b14kw.html>. Último acesso: 12/07/2022.

às atividades femininas, porém, pelo contrário, o que se estava fazendo era colocá-las como em separado, dando a elas um lugar marginal em relação aos temas masculinos dominantes e universais.

De acordo com Silva (2008), no caso do Brasil as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres tiveram início na década de 1980, estas davam pouco ou quase nenhum destaque às muitas maneiras de resistência que as mulheres criaram ao longo do tempo para escaparem da dominação masculina. Diversas historiadoras chamaram atenção para este fato, entre elas: Silva Dias, Del Piore, Soihet, Agranti, entre outras.

Neste mesmo início da historiografia brasileira retratado acima, o foco principal deste campo da história é a tentativa de buscar um novo olhar sobre a história dentro do período colonial, trabalhando com relatos de viajantes, processos civis e criminais e ainda a análise de símbolos como fontes históricas. No entanto, este novo fazer história não tentava aproximar os personagens das narrativas pesquisadas:

Inicialmente a produção ficou muito centrada no período colonial, valendo-se dos relatos de viajantes, dos processos civis e criminais, da iconografia. Falou-se muito da senhora de engenho e da escrava como dois pólos opostos e distanciados (SILVA, 2008, p.227)

No Brasil é visível que não há nem clarezas, nem certezas em relação a uma teoria feminista do conhecimento. Há quem diga, aliás, que a questão interessa pouco ao “feminismo dos trópicos”, pois a urgência dos problemas e a necessidade de rápida interferência no social não deixariam tempo para maiores reflexões filosóficas. (RAGO, 2012: 24). Dessa maneira, o Brasil demorou um pouco mais em relação a países de primeiro mundo a discutir as diretrizes epistemológicas de sua historiografia e principalmente a que se trata da mulher.

No entanto, Scott no texto que carrega o título de “História das Mulheres” (SCOTT, 1992: 75-80), não desmerece a importância que esta produção, sob o viés de “suplemento” da história, causou no campo historiográfico. Argumenta que a maior parte da história das mulheres produzidas até final da década de 1980, havia buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos históricos. Ao agir dessa forma as (os) historiadoras (es) reivindicaram a importância das mulheres na história e terminaram por questionar pressupostos do próprio saber histórico.

Scott afirma ainda que a história das mulheres tem uma força política potencialmente crítica, uma força que desafia e desestabiliza as premissas disciplinares

estabelecidas, principalmente, porque este tipo de história questiona a prioridade relativa dada à “história do homem”. Sua força ecoou e contribuiu para o discurso da identidade coletiva que tornou possível o movimento de mulheres da década de 1970 e trouxe mudanças para a historiografia das mulheres (SCOTT, 1994: 81-83).

Contribuições do feminismo a História das mulheres:

É perceptível que a história se tornou o local onde o feminismo está conseguindo alterar a pertinente universalidade do homem como sujeito. Auxiliou a surgir um conhecimento sobre as mulheres, o qual questionará o papel central que os homens normalmente vinham ocupando nas narrativas históricas.

O desenvolvimento da história das mulheres acompanha em surdina o "movimento" das mulheres em direção à emancipação e à liberação. Trata-se da tradução e do efeito de uma tomada de consciência ainda mais vasta: a da dimensão sexuada da sociedade e da história. (PERROT, 2007,p.15)

Del Priore (2001) também irá nos mostrar que foi a partir de lutas íntimas, que as mulheres iniciam um questionamento quanto à realidade social, surgindo os primeiros movimentos feministas, repletos de inúmeros tipos de reivindicações. Antes das historiadoras teve-se as feministas criando a história das mulheres, ele trouxe à tona a ausência da figura feminina na área historiográfica, criando assim as bases para uma história das mulheres desenvolvida pelas historiadoras.

De acordo com o que inúmeros trabalhos acadêmicos destacam, o feminismo surgiu altamente ligado com os movimentos políticos dos anos 1960 e estreitamente vinculado à movimentação cultural e política que se alastrava por todo o mundo ocidental. Logo, estes movimentos da vanguarda intelectual chamaram para o campo do debate os padrões morais socialmente aceitos, desfazendo alguns valores de família e refutando a posição subalterna da mulher no espaço privado, e ainda questionaram as hipóteses epistemológicas que guiavam o campo acadêmico.

Ao destacar a década de 1960 como um marco das reivindicações feministas, não se trata de esquecer as primeiras manifestações ocorridas ainda nos séculos XVIII e XIX, que ajudaram significativamente para as lutas e conquistas futuras, no entanto, antes deste período as mulheres não estavam organizadas em grupos coerentes e o que se tinha eram vozes em sua maior parte isoladas de descontentamento (SILVA, 2008: 226). Então,

é durante a década de 60 que as mulheres começam a se reconhecer em uma outra mulher e a perceber que juntas e organizadas são mais fortes e capazes de conquistarem seus direitos.

Tem-se também Heloísa Buarque de Hollanda (1994) revelando que mesmo que o feminismo como ideologia política desde o século dezanove, é apenas a partir dos anos 1970 que ele chega como novidade no campo acadêmico e torna-se uma tendência teórica inovadora com grande potencial crítico e político. É notável que este movimento surgiu durante um quadro epistemológico marcado por crises, como a descredibilidade nos modelos mais aceitos explicativos da sociedade: marxismo, estruturalismo, freudismo. Para Buarque de Holanda, Perrot, Rago, entre outras historiadoras foi a necessidade do pós-modernismo que abriu espaço para as discussões marginais.

Contudo, a historiografia buscou dar visibilidade as experiências femininas e destacou-se a opressão histórica sofrida pelas mulheres. No entanto, não é uma tarefa fácil incorporar as mulheres no interior de uma narrativa pronta, seja mostrando que elas atuaram e atuam tanto quanto os homens ou debatendo as diferenças de classe, surgem então inúmeras críticas ao campo da história das mulheres. Para bater de frente as críticas e dificuldades foi usada como estratégia a divulgação do texto da historiadora Joan Scott (1990), que condensava e explicava a categoria/perspectiva de gênero, trazendo a tona sua trajetória. O eco destes escritos forneceram debates e o uso da categoria espalhou melhorando os métodos de investigação, assim sendo:

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico. (RAGO,2012, p.24)

Rago (2012) então, deixou claro que o feminismo foi importante em suas críticas a história das mulheres apresentada até então e ainda demonstra que o “modo feminino” de se fazer história é diferente daqueles apresentados até então. No entanto, ela afirma que seria ingênuo crer que a teoria feminista rompe absolutamente com os modelos de conhecimento dominantes nas Ciências Humanas, mesmo havendo rupturas, ainda há também muitas permanências em relação à tradição científica. Mesmo assim, Rago chama

atenção em seu trabalho especificamente para a contribuição feminista às transformações em curso no campo da produção do conhecimento (RAGO, 2012: 25).

Contudo, a principal crítica feminista à ciência consiste na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista, ou seja, elas abominam conceitos com que trabalham as Ciências Humanas identitários e, portanto, excludentes. Daí a preocupação com a ausência da mulher como sujeito na história.

Portanto, as noções de objetividade e de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados por valores masculinos, raramente filóginos. Mais do que nunca, a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, como aponta, de outro lado, Michel Foucault. (RAGO, 2012, p.27)

Desse modo, as teóricas feministas criticam a neutralidade histórica, demonstrando que esta acaba que por ter sua parcela de subjetividade em relação aos fatos e propuseram que não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes (RAGO, 2012: 29).

Para Scott as relações entre os sexos são construídas socialmente, como já havia sido sinalizado por outras teóricas, porém, para ela isso ainda diz pouco, pois não explica como estas relações são construídas e porque são construídas de forma desigual privilegiando o sujeito masculino; não diz como funcionam ou mesmo como mudam, assim chega à conclusão que só essa constatação, não tem força suficiente para integrar ou mudar os paradigmas históricos existentes (SCOTT, 1990: 11-12).

Sendo assim, as lutas feministas surgem como movimentos de emancipação a mulher, que sempre foi vista como “sexo frágil” e buscou-se o fortalecimento da identidade feminina. Acima disso, o feminismo ampliou o contradiscurso feministas levando para os campos acadêmicos.

Afinal, como já se observou exaustivamente, a questão das relações sexuais e da mulher especificamente nasce a partir das lutas pela emancipação deste sujeito antes definido como “sexo frágil”. É na luta pela

visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um **contradiscurso feminista** e que se constitui um campo feminista do conhecimento. É a partir de uma luta política que nasce **uma linguagem feminista**. E, no entanto, o campo teórico que se constitui transforma-se a tal ponto que, assim como a História Cultural, deixa de lado a preocupação com a centralidade do sujeito. (RAGO,2012, p. 32)

Existe uma construção cultural da identidade feminina, da subjetividade feminina, da cultura feminina, que está aparece no momento em que as mulheres entram em locais que eram ocupados somente por homens. Então, as mulheres entraram no espaço público e nos espaços do saber transformando estes campos, recolocando as questões, questionando, trazendo novas questões e transformando. Rago (2012) mostra que este quadro ampliou-se, após a explosão dos temas femininos da Nouvelle Histoire, como bruxaria, prostituição, loucura, aborto, parto, maternidade, saúde, sexualidade, a história das emoções e dos sentimentos, entre outros.

É inegável que a entrada desses novos temas se fez em grande parte pela pressão crescente das mulheres, que invadiram as universidades e criaram seus próprios núcleos de estudo e pesquisa, a partir dos anos 70. Feministas assumidas ou não, as mulheres exigiram a inclusão dos temas que falam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas, permitindo entender as origens de muitas crenças e valores.

Com a visibilidade e dizibilidade que ganharam inúmeras práticas sociais, culturais, religiosas, antes silenciadas, novos sujeitos femininos foram incluídos no discurso histórico, partindo-se inicialmente das trabalhadoras e militantes, para incluir-se, em seguida, as bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras, entre outras. A ampliação do conceito de cidadania, o direito à história e à memória não se processavam apenas no campo dos movimentos sociais, passando a ser incorporados no discurso, ou melhor, no próprio âmbito do processo da produção do conhecimento.(RAGO, 2012, p.41)

Rago nos exemplifica como o olhar feminista permite reler a história da Colonização no Brasil, no século 16, citando a historiadora Tânia Navarro Swain, a qual desconstruiu as imagens e representações construídas pelos viajantes sobre as formas de organização dos indígenas, sobre a sexualidade das mulheres, supostamente fogosas e promíscuas, instituindo sua amoralidade. Em seu trabalho a historiadora revela como os documentos foram apropriados e reinterpretados pela historiografia masculina, através de conceitos extremamente misóginos, consolidando imagens negativas a respeito dos primeiros habitantes da terra, considerados incivilizados e incapazes de cidadania.

Silveira também debate as teorias feministas e mostra outra importante contribuição do movimento: o debate sobre a violência contra as mulheres, a qual passou a ser denominada violência sexista. Estas contribuições dos debates feministas sobre a violência de gênero contribuem para a noção que se tem sobre feminicídio e como identificar outras formas de violência.

Um exemplo disso: fomos coletivamente capazes de dissecar, nos anos 1980, a violência contra as mulheres, denominando-a violência sexista; depois, nos anos 1990, violência de gênero, fatos violentos dos homens que resultaram em assassinatos de mulheres, que fizeram o sucesso de criminalistas que antes a denominavam “legítima defesa da honra”. A partir dos anos 2000, aclarando a raiz do problema limite da violência que culminava em assassinatos de mulheres, as teóricas do feminismo formularam a noção de feminicídio, designando o assassinato de mulheres, um flagelo da opressão patriarcal, cuja prática agora tornou-se ilegal, no Brasil. (SILVEIRA, 2014, p.159)

A expansão desta área de investigação trouxe novas questões, renovação temática e metodológica possibilitando a ampliação do significado histórico com a descoberta de temas, documentos/fontes, temporalidades e estratégias de pesquisa. Logo, a história das mulheres caminhou muito desde a terceira geração dos Annales até o que conhecemos atualmente.

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida, privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais.(PERROT , 2007, p.15-16)

Durante as duas últimas décadas é visível o aumento dos cursos e disciplinas oferecidos, bem como Programas de Pós-Graduação com áreas de concentração e/ou linhas de investigação com a temática/perspectiva de gênero. Estes estudos sobre gênero contribuem cada vez mais para o desenvolvimento da história das mulheres e até mesmo o surgimento de novas abordagens dos movimentos feministas.

Considerações Finais

História é vista como um instrumento de conhecimento da realidade humana, uma narrativa da qual a tarefa é explicar as sociedades a partir de modelos de diferentes matrizes (CARDOSO & VAINFAS, 1997: 441-449). Ao concebê-la dessa forma, entende-se que o acontecimento passado ou presente, é algo que possa ser apreendido, traduzido e transmitido por esta ciência.

Até o presente momento ainda é necessário teorias que permitam articular modos de pensamentos alternativos sobre gênero e que não busque simplesmente reverter ou confirmar velhas hierarquias, pois, muito dentro da história das mulheres deve-se ser apreendido. Com as leituras de Rago, Scott e Perrot, foi possível notar o papel do feminismo e posteriormente da história das mulheres as análises que são e que podem ser feitas, das construções de significados e relações de poder.

Observa-se que história das mulheres e feminismo são responsáveis por questionar as categorias unitárias e universais, tornando históricos conceitos que normalmente são tratados como naturais ou absolutos, ambos criticam as tradições políticas e filosóficas estabelecidas.

Não há dúvidas de que o modo feminista de pensar rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da pesquisa científica. Se a crítica feminista deve “encontrar seu próprio assunto, seu próprio sistema, sua própria teoria e sua própria voz,” como diz Showalter, é possível dizer que as mulheres estão construindo uma linguagem nova, criando seus argumentos a partir de suas próprias premissas. (RAGO, 2012, p.35)

Cabe ressaltar a carência de pesquisas sobre a história do feminismo e principalmente sobre as suas divisões, pois, se trata de um movimento que possui diversas correntes (Marxistas, Negro, Feminismo LGBT, entre outros) e a sociedade e até mesmo alguns intelectuais acabam colocando tudo em uma única visão. Cada um desses movimentos contribuem para o descobrimento de novas narrativas e ir em busca de uma nova maneira de se fazer história. Sem o conhecimento da história do feminismo e de suas correntes, a população acaba caindo em inverdades passadas de geração em geração como o ato de se queimar sutiã em um movimento feminista.⁴⁰

⁴⁰- Durante o [século XX](#) a deslocação de mão de obra masculina para as frentes de batalha nos dois conflitos mundiais, exigiu uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, reacendendo assim, as lutas pelos direitos femininos. Nos Estados Unidos, nas décadas de 1950 e 1960 o movimento tomou força e foi

E mesmo com todas essas contribuições do feminismo, ele anda é visto com um movimento rebelde e capaz de tirar as mulheres de sua zona de conforto. As feministas foram e são tachadas como mulheres feias, mal amadas, de sexualidade “ duvidosa”, escandalosas, entre inúmeros outros adjetivos. Poucas mulheres se sentem gratidão ao feminismo, pelo contrário, o criticam e desejam voltar ao tempo em que eram simples donas de casa. Por isso, é de suma importância o deslanchar da história das mulheres e a história do feminismo, capazes de orientar outras mulheres sobre sua identidade, sua história e o verdadeiro sentido do feminismo.

O movimento feminista é de importância fundamental em todas as conquistas do feminino. Durante muito tempo, talvez hoje ainda, muitas mulheres sentem-se ofendidas quando chamadas de feministas, discurso masculino feministas a mulheres feias, mal-amadas, etc. O ideal masculino, assumido por muitas mulheres, era ser feminina, meiga, doce, à espera do marido provedor. Há bem pouco tempo a maioria das mulheres deu-se conta de que foi este movimento o responsável pelas inúmeras conquistas femininas. (COLLING, 1997, p.32)

De acordo com Scott para as (os) historiadoras (os) feministas cabe: o conhecimento o qual faz parte da política de sistema de gênero. Sendo assim, se o discurso histórico, por exemplo, quando nega visibilidade às mulheres contribui também para a sua subordinação e sua imagem de receptora passiva da ação dos demais sujeitos da História (SCOTT, 1994: 50). Portanto, corresponde também à história a produção de saber sobre as diferenças sexuais e buscar encontrar respostas sobre a invisibilidade das mulheres.

Portanto, o papel da História quanto à questão da relação de gênero conforme Scott, é: Historicizar gênero, enfatizar os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, e debater os processos políticos através dos quais esses significados são construídos. (SCOTT, 1994: 25-26).

marcado por uma manifestação que chamou a atenção dos meios de comunicação e passou penetrar nas imaginações tanto femininas quanto masculinas.

Buscando denunciar e acabar com a exploração comercial contra as mulheres, as ativistas aproveitaram a realização de um Concurso de Beleza, pois era percebido como uma projeção utópica e opressiva em relação às mulheres. As ativistas jogaram no chão do local do evento [sutiãs](#), sapatos de salto alto, cílios postiços, laquê, maquiagens, revistas femininas, [espartilhos](#), cintas e outros objetos que simbolizavam o padrão imposto na beleza feminina. Logo, a “queima” não ocorreu, mas a atitude das manifestantes foi revolucionária e o evento tornou-se lendário. - Reportagem da colunista: Carla Lemos. Acesso: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/carla-lemos/2021/08/09/queima-de-sutias.htm>

Se ao analisar a trajetória histórica o feminino é entendido como subalterno e trabalhado fora dela, porque sua presença não é registrada, dar liberdade à História é falar de homens e mulheres numa relação igualitária. Ao falar de mulheres não se trata unicamente de relatar os fatos em que estiveram presentes, mas reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos e desconstruir a história da história feminina para reconstruí-la em bases mais reais e igualitárias.

O papel da teoria feminista é “fazer ver” e ao mesmo tempo formular um olhar crítico às teorias convencionais. Estas teorias feministas parecem distantes de nossas realidades, no entanto, se observarmos atualmente notaremos que o que os conceitos feministas estão bem próximos da realidade. Por exemplo, os estupros que foram descobertos ao longo da história demonstram seus resquícios culturais nos casos de estupros atuais, até mesmo o alvo e as justificativas são praticamente as mesmas. Assim, observa-se a teoria feminista como campo que revoluciona a natureza do conhecimento tradicional e que colabora para a construção de novos paradigmas, sendo capaz de responder e nos fornecer instrumentos de análise para transformar a história das mulheres, tanto a do campo historiográfico com a história do campo social.

Referências

- BURKE, Peter. A escola dos Annales – 1929 a 1989- A Revolução francesa da historiografia. Unesp. 2º Ed. 1992. Tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teorias e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- CARR, Edward Halet. (Cap. 1) O historiador e seus fatos. In: ____. Que é História? 2º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.11-27.
- COLLING, Ana Maria. Gênero e História. Um diálogo possível? Contexto e Educação- Editora: Unijuí- Ano 19 - nº 71/72 – Jan./Dez. 2004. p.29-43. *Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997
- DEL PRIORI, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.
- HOLLANDA, H. H. O. B. Feminismo em tempos pós-modernos. In: _____. (Org). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 7-19.

PARENTE, Temis G. O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Ed.UFG, 2005.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. Minha História das Mulheres. Ângela M. S. Côrrea
Tradução Copyright© Editions du Seuil, 2006.

_____. Mulheres públicas. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. As mulheres e os silêncios da História. Bauru: Edusc, 2005.

RAGO, Margareth. Gênero e História. Edita: CNT-Compostela, Agosto de 2012. Primeira edição.

RÜSEN, Jörn. Tarefa e função de uma teoria da história. In: _____. Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2010, p.25-51.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 20, nº 2, Porto Alegre, jul-dez/1995, p.71-99

_____. História das mulheres. In. BURKE, Peter.(Org.) A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992.

_____. Preface a gender and politics of history. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da Historiografia das mulheres no Brasil. Politeia: História e Sociedade. Vitória da Conquista, V. 8, Nº 1, p.223-231, 2008.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Apontamentos para uma trajetória teórica do feminismo. Volume 14 – Nº 1 – 1º Semestre de 2014.

AUTORES

Flaviano Oliveira dos Santos

Historiador formado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e mestrando do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória), é professor na Rede Estadual do Ceará desde 2021. Desenvolve trabalhos sobre Ensino de História, Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e História Local.

Giovane Rodrigues Jardim

Docente de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Erechim. Vice Coordenador da Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência (REBRAPESC). Líder do Grupo de Pesquisa Sítios de Memória e Consciência: passados traumáticos, esfera pública e democracia. Possui bacharelado e licenciatura em Filosofia (UCPEL) e Mestrado em Ética e Filosofia Política (UFPEL). Possui as seguintes especializações: Gestão Pública Municipal (UNIPAMPA); Organização do Trabalho Pedagógico na Escola (UNINTER); Mídias na Educação (UFPEL). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, e coordenador do Projeto de Pesquisa Condições e possibilidades do perdão em âmbito público (IFRS). Integra também os Grupos de Pesquisa Estudos em Educação e Sociedade (IFRS) e Pluralismo Jurídico e Interculturalidade nos Estados Latino-Americanos (UFRGS). Tem interesse pelos seguintes temas de pesquisa: museus de memória, identidade, memória, política, emancipação, filosofia política contemporânea, Teoria Crítica da Sociedade, moral negativa, educação e ética.

Indira Naiara Silva dos Santos

Mestranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia na linha de Pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região. Bacharela em Comunicação Social – Jornalismo pelo Centro Universitário Estácio de Sá da Bahia (2010) e Licenciada em História pela Universidade Federal da Bahia (2021). E-mail: indiranaiara1982@gmail.com

Jéssica de Lima Silva

Formada em História pela UEG e mestrado em História pela mesma universidade.

Milca Fontenele de Sousa

Mestranda do Curso Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA. Licenciada em História e Normal Superior pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora da rede municipal de Piracuruca e da Secretaria de Educação do Piauí (SEDUC). Realiza pesquisas na área de Patrimônio Cultural.



 EDITORA
ÓPERA

ISBN 978-658528422-6



9

786585

284226